

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Giovanni Biazzetto da Silva Prévdi

**PATRIMÔNIO E MEMÓRIA NAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO PATROMONIAL  
DO ARQUIVO HISTÓRICO MOYSÉS VELLINHO DE PORTO ALEGRE/RS  
(1997 A 2005)**

Porto Alegre

2011

Giovanni Biazzetto

**PATRIMÔNIO E MEMÓRIA NAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO  
ARQUIVO HISTÓRICO MOYSÉS VELLINHO DE PORTO ALEGRE/RS  
(1997 A 2005)**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em História, ao curso de História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: prof. Dr. Alessandro Mário Kerber

Porto Alegre

2011

Giovanni Biazzetto

**PATRIMÔNIO E MEMÓRIA NAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO  
ARQUIVO HISTÓRICO MOYSÉS VELLINHO DE PORTO ALEGRE/RS  
(1997 A 2005)**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em História, ao curso de História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: prof. Dr. Alessander Mário Kerber

APROVADO EM: \_\_\_\_\_

---

Prof. Alessander Mário Kerber – Orientador – UFRGS

---

Prof. Adolar Koch – UFRGS

---

Prof. José Augusto Avancini – UFRGS

## RESUMO

Este trabalho investiga através das ações de Educação Patrimonial do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moisés Vellinho – projeto *Papel Antigo e Papel Velho* e projeto *Vivo Toque* – os usos dos conceitos de memória e patrimônio nas ações de Educação Patrimonial, e de que forma estes usos podem contribuir com o Ensino de História. Através da análise dos projetos, busca-se compreender como acontece a relação entre os bens patrimoniais e o uso dos conceitos memória e patrimônio; a forma como estes conceitos são abordados; as intenções, e de que forma estes contribuem no processo formativo dos educandos que participam das ações de Educação Patrimonial.

Palavras-chave: Patrimônio. Memória. Arquivo Histórico. Ensino de História. Cidadania.

## **ABSTRACT**

This work investigates through the actions of the Heritage Education in Historical Archive of Porto Alegre Moisés Vellinho – project Old Paper and Aged Paper and Project Living Touch – the uses of the concepts of memory and heritage in the actions of Heritage Education and how these uses can contribute to the Teaching of History. Through the analysis of projects, it seeks to understand how happens the relationship between the assets and the use of memory and heritage concepts, how these concepts are covered, with what intentions, how they contribute in the formation process of students who participate in the actions of Heritage Education.

**Keywords:** Heritage. Memory. Historical Archive. Teaching of History. Citizenship.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2 CAPÍTULO 1: ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE: SUA CONSTITUIÇÃO E SUAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL .....</b>	<b>12</b>
2.1 <i>AHPAMV: trajetória de um patrimônio .....</i>	12
2.2 <i>Ações de Educação Patrimonial: fontes do ensino de história .....</i>	14
2.3 <i>Educação Patrimonial: suas origens e percursos .....</i>	18
2.4 <i>Projeto Papel Antigo e Papel Velho: o papel como suporte do documento, o documento como suporte da memória .....</i>	20
2.5 <i>Projeto Vivo Toque: a experiência de ser historiador .....</i>	29
<b>3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E SEUS CONCEITOS: PATRIMÔNIO E MEMÓRIA.....</b>	<b>35</b>
3.1 <i>Sobre a memória e seus lugares .....</i>	35
3.2 <i>Patrimonialização: legislação patrimonial e uma "busca" .....</i>	39
3.3 <i>Educação Patrimonial: memória e história .....</i>	41
3.4 <i>Arquivo Histórico: lugar de memória, lugar de ensino de história .....</i>	43
3.5 <i>Educação Patrimonial: direito à memória, exercício de cidadania .....</i>	45
3.6 <i>Memória: uma construção social .....</i>	46
3.7 <i>O enquadramento da memória nas ações de Educação Patrimonial .....</i>	49
3.8 <i>Memórias Coletivas.....</i>	52
3.9 <i>Memória: identidade e cidadania.....</i>	55
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>59</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O patrimônio histórico cultural passou por um processo de valorização a partir dos anos 90. No Brasil, tal valorização está associada à criação de leis como a Lei nº 8.313/91 no âmbito nacional - conhecida como Lei Rouanet – e no âmbito regional a Lei nº 10.846/96 – Lei de Incentivo à Cultura do Estado do Rio Grande do Sul – as quais ampliam a noção dos bens a serem preservados. Este fenômeno de valorização do patrimônio não é especificidade brasileira e pode ser observado, ao menos, nos países ocidentais. François Hartog chamou este processo de “patrimonialização galopante dos anos 90” (HARTOG, 2006, p. 265).

No Brasil, este movimento de valorização do patrimônio acabou incentivando um crescimento das propostas de ações relacionadas com a Educação Patrimonial, que tiveram origem a partir dos anos 1990<sup>1</sup>, e podem ser definidas como: “[...] o ensino centrado nos bens culturais, como a metodologia que toma estes bens como ponto de partida para desenvolver a tarefa pedagógica: que considera os bens culturais como fonte primária de ensino” (GRUMBERG, p. 101, 2002). No que se refere a nossa pesquisa, especifica-se a noção de educação patrimonial não apenas como fonte de ensino genérico, mas focada no ensino de história.

Se a educação patrimonial é também uma metodologia, um “processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida o Patrimônio Cultural com todas as suas manifestações” (GRUMBERG, 2007, p. 2) o ponto de partida de nossa pesquisa também é o patrimônio cultural, pois é a partir deste patrimônio que as ações de Educação Patrimonial, objetos de nossa pesquisa, são planejadas.

Tais ações educacionais visam fundamentalmente à difusão, valorização e preservação dos patrimônios históricos culturais. “A *educação patrimonial* é uma estratégia para a valorização e a preservação do patrimônio cultural – uma *chave* para o seu conhecimento e reconhecimento” (CUSTÓDIO, 2010, p. 278). Assim, valorizando estes lugares de memória, conceito este abordado por Pierre Nora, quando nos diz que: “Há locais de memória porque não há mais meios de memória” (NORA, 2003, p. 7).

Acompanhando este movimento de patrimonialização potencializado nos anos 90 no Brasil, o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV) foi

---

<sup>1</sup> HORTA, Maria de Lourdes P; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, 1999.

inserido no processo desde 1990 a partir da realização de visitas guiadas pelo Arquivo. Mas foi no ano de 1997 que o AHPAMV - que o primeiro projeto de Educação Patrimonial - passou a ser desenvolvido no Arquivo Histórico: projeto Papel Antigo e Papel Velho. Alguns anos depois, no ano de 2000, um segundo projeto passa a ser desenvolvido pelo AHPAMV: o projeto Vivo Toque. Estas ações de Educação Patrimonial tornaram-se meu objeto de pesquisa, pois a partir delas analisarei relações entre as ações e o contexto no qual foram produzidas, bem como o uso dos conceitos de memória e patrimônio, e as possíveis contribuições desse trabalho com o de Ensino de História.

Tais ações foram destacadas por Barroso ao analisar a trajetória da Educação Patrimonial no espaço regional<sup>2</sup>:

“[...] destacaram-se, sem demora, [...] o Arquivo Histórico Municipal Moysés Vellinho. A oficina intitulada “Papel Antigo e Papel velho” aborda a elaboração do papel artesanal feito a partir de trapos e a consciência da preservação de documentos. [...] E a do “Vivo Toque”, em que o memorialista Coruja é o personagem principal, é o personagem principal, tem como cenário o Mercado Público de Porto Alegre.” (BARROSO, 2010, p. 18)

Minhas problematizações surgem a partir da análise destas duas ações educativas desenvolvidas no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Como será definido o patrimônio e legitimada a preservação do no decorrer do processo de desenvolvimento destas ações educativas? Qual é a noção de memória apresentada? Que patrimônio e qual memória são escolhidos nestas ações de educação patrimonial? Que estratégias são utilizadas para ensinar sobre este patrimônio e sobre esta memória? As possíveis transformações conceituais ocorridas ao longo do desenvolvimento dos projetos de Educação Patrimonial são objetos de análise.

Como fontes primárias de minha pesquisa recorri a documentos elaborados com o objetivo de apresentar as propostas de cada ação educativa. Nesses documentos – projetos de cada ação de Educação Patrimonial – são expostos os objetivos de cada ação educativa, bem como suas justificativas, metodologias, público alvo, organização, roteiros, etc. É importante dizer que, além da escrita desses projetos, há outras documentações possíveis de análise quanto a estas duas ações de Educação Patrimonial do AHPAMV. Estes documentos consistem em minhas fontes secundárias, sendo compostas por ofícios para e da prefeitura municipal, reportagens de jornais e revistas,

---

<sup>2</sup> Quanto ao espaço regional referido devemos compreender o Estado do Rio Grande do Sul.

documentos internos referentes à organização do projeto, comunicações, ações de divulgação, proposições dos projetos, inscrição em premiações, entre outros.

Porém, grande parte destas fontes primárias e secundárias não se encontram devidamente arquivadas, não estão devidamente catalogadas, dificultando o processo de identificação das mesmas. Elas estão alocadas em caixas de arquivo referentes às ações de Educação Patrimonial, e obtive acesso a estas fontes através da responsável pelas ações de Educação Patrimonial no Arquivo Histórico Rosane Maria Fluck. As caixas as quais colhi minhas fontes estavam identificadas com referência ao projeto Papel Antigo e Papel Velho e o projeto Vivo Toque, mas algumas documentações estavam misturadas. Além desse material, também pude analisar o projeto Programa de Educação Patrimonial que está informatizado. Fotografei toda essa *documentação* e a partir dela realizei minha investigação.

Atualmente, o projeto do Programa de Educação Patrimonial do Arquivo é composto por sete projetos diferentes que englobam uma diversidade de propostas e objetivos, dialogando com públicos variados e trabalhando com a valorização e preservação do acervo do arquivo. Integram o projeto do Programa: *Visitas Guiadas; Projeto de Sensibilização para a Vida no Âmbito Humano, Cultural e Ambiental (Seres da Natureza – literatura e os arquétipos brasileiros, Maga das Ervas – o patrimônio imaterial e a medicina da natureza, Cores da Natureza – as tintas ancestrais, Sons da Natureza – a expressão sonora da vida.); Projeto Vivo Toque, Projeto Papel Antigo e Papel Velho, Projeto Brincando de Editar, Projeto Descobrimdo a Arquivologia, Projeto Detetive na Casa dos Malheiros.*

No entanto, para desenvolver minha pesquisa e responder as questões que propus, defini – como dito anteriormente - dois projetos específicos do projeto Programa de Educação Patrimonial do Arquivo Histórico Moysés Vellinho para realizar minha análise: *Projeto Papel Antigo e Papel Velho e Projeto Vivo Toque.* A definição destes dois projetos deve-se a alguns fatores que contribuem para a delimitação do campo de pesquisa. O primeiro fator definidor é a relação destes dois projetos com o ensino de história, pois trabalham diretamente com os documentos do arquivo, fontes históricas que se apresentam como recursos didáticos pedagógicos para o desenvolvimento da ação educativa. Estes documentos ao longo do processo desenvolvido através das ações de educação patrimonial transmitem, produzem e proporcionam reflexões quanto aos conceitos de memória e patrimônio.

Os dois projetos definidos para o desenvolvimento da pesquisa foram também os primeiros a serem implementados pelo projeto Programa de Educação Patrimonial do Arquivo Histórico Moysés Vellinho, representando de forma concreta as primeiras movimentações que contribuíram para este movimento de patrimonialização do qual o Arquivo Histórico está inserido, tornando maior e mais concretas as possibilidades de pesquisa, pois o material produzido por estes projetos são mais vastos e proporcionaram – ao menos em tese - uma análise mais completa e profunda na busca de responder as questões problematizadoras.

Além dos fatores já citados os projetos *Papel Antigo e Papel Velho e Vivo Toque* também são significativos para os próprios objetivos do Arquivo Histórico Moysés Vellinho ao realizar ações de educação patrimonial, pois “possuem uma orientação dirigida para a atividade-fim da instituição: a guarda, preservação e disponibilização de documentos”<sup>3</sup>. A delimitação cronológica que definimos para nossa pesquisa encontra-se entre o ano de 1997 e o ano de 2005. O marco inicial desta delimitação se dá pelo fato deste ser o ano em que o primeiro projeto – *Papel Antigo e Papel Velho* – iniciou suas atividades, sendo este o projeto precursor das ações de Educação Patrimonial do AHPAMV. O marco final de nossa pesquisa se estabelece por este ser o ano em que os dois projetos que analisamos são englobados pelo projeto Programa de Educação Patrimonial do AHPAMV, portanto, agregando novos sentidos a estes projetos a partir do momento que passam a compor uma proposta maior de Educação Patrimonial.

Após especificar nossas fontes, nossos objetos de pesquisas, delimitação cronológica e problemáticas, apontamos que nosso objetivo é portanto compreender os usos dos conceitos de memória e patrimônio nas ações de Educação Patrimonial do AHPAMV. Além disso, demonstramos como o uso desses conceitos nas referidas ações contribuem para a constituição das pessoas, reconhecendo assim o processo de construção destes conceitos nas ações educativas.

O Arquivo Histórico, por ser um patrimônio que viabiliza ações de Educação Patrimonial a partir de seu conjunto patrimonial, é nosso ponto de partida. Referindo-se então ao patrimônio é importante compreender que:

---

<sup>3</sup> [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/default.php?reg=12&p\\_secao=89#](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/default.php?reg=12&p_secao=89#) - Acesso em 10/07/2011

A noção de patrimônio, embora, tenha recebido uma série de adjetivações ao longo do tempo (histórico, artístico, paisagístico, genético, tangível, intangível, material, imaterial, móvel), está relacionada ao seu papel na formação de grupos de identidade, isto é, associada a práticas voltadas para o fortalecimento dos laços de identidade de determinados grupos e de sua afirmação quanto tal. Ou seja: construir e/ou inventar e preservar o *patrimônio* se constitui na prática cultural de atribuição de valores e significados a objetos e bens, que amalgamam grupos de identidade. (CHUVA, 2008, p. 31)

Esta compreensão de patrimônio, a identificação deste como construtor de identidades, será abordada em nossa análise, partindo também das relações entre patrimônio e memória. Procurando realizar, assim como Gonçalves uma “reflexão sobre as limitações e as possibilidades que a noção de patrimônio oferece para o entendimento da vida social e cultural”. (GONÇALVES, 2009, p. 25)

Dialogaremos com o conceito de patrimônio, como “uma contrucción social” (PRATS, 2004, p. 19) e com o conceito de memória, que é “seletiva” e “construída socialmente” (POLLACK, 1992, p. 203) ao passo que constitui cidadãos. Patrimônio, memória e história relacionam-se, e pretendemos fugir da tradicional explicação destas relações, pois assim como Burke cremos que: “Tanto a história quanto a memória passaram a se revelar cada vez mais problemáticas. [...] Nem as memórias nem as histórias parecem ser mais objetivas” (BURKE, 2000, p. 70). Essas relações entre memória, patrimônio e história serão, portanto, observadas com referências às ações de Educação Patrimonial.

Ainda para desenvolver este trabalho, estaremos atento ao fato de que “o historiador se furtou a atuar no campo da preservação do patrimônio cultural – sem investimentos de peso para construí-lo como um objeto próprio de investigação.” (CHUVA, 2008, p. 40). Desta maneira, se faz necessária uma mudança de postura do historiador para que o patrimônio possa ser cada vez mais relevante para a historiografia, pois as ações de Educação Patrimonial, seus discursos e significados produzidos, bem como todos os fenômenos sociais, também podem ser importantes para a produção historiográfica.

No capítulo 1 deste trabalho abordaremos aspectos da história da constituição do Arquivo Histórico de Porto Alegre, percebendo o processo histórico de criação do Arquivo e qual é o significado deste fato para a nossa análise, já que o Arquivo Histórico é o nosso ponto de partida. Também, abordaremos a história das duas ações educativas que analisaremos, *Papel Antigo e Papel Velho e Vivo Toque*, a fim de investigar de que forma ocorrem os usos dos conceitos que pretendemos analisar –

patrimônio e memória. Buscando também identificar a importância destas ações de Educação Patrimonial para a disciplina de história e seu ensino. Além da identificação de como a Educação Patrimonial ganhou força nesse processo de patrimonialização, e como foi esse processo de inserção de tais ações no meio patrimonial e sua constituição como ação educativa.

As abordagens desse capítulo serão de cunho mais factual, sendo o próximo capítulo caracterizado por um aprofundamento da análise conceitual.

No capítulo 2 analisaremos o uso dos conceitos: memória e patrimônio. A intenção é verificar de que forma estes conceitos são utilizados nas documentações que apresentam, justificam e expõem os objetivos dos projetos de Educação Patrimonial. A relação que podemos estabelecer entre os dois conceitos de memória e patrimônio e desses com a história. Abordaremos, também, de que forma o uso desses conceitos nas ações educativas do Arquivo Histórico podem contribuir para o Ensino de História e para a constituição de cidadãos e suas identidades.

## **2 CAPÍTULO 1: ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO: SUA CONSTITUIÇÃO E SUAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

O Arquivo Histórico de Porto Alegre é o ponto de partida de nossa pesquisa conforme apontamos na introdução deste trabalho. Partimos do Arquivo Histórico porque as ações de Educação Patrimonial - que são objetos de nosso trabalho - são desenvolvidas nessa instituição. Portanto, julgamos ser importante abordarmos aspectos da história do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, para que também possamos compreender e contextualizar essa história com as ações de Educação Patrimonial que iremos analisar.

### **2.1 AHPAMV: trajetória de um patrimônio**

Conforme o “Histórico do Programa de Educação Patrimonial do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho”, o início desta instituição ocorreu no ano de 1830, por consequência de uma demanda do Imperador, sendo que “os primeiros registros referentes à organização de arquivos e de documentos aparecem na Câmara Municipal de Porto Alegre”<sup>4</sup>. Segundo o mesmo documento, a partir deste momento dá-se início uma caminhada administrativa que representa uma “preocupação com a conservação e guarda da documentação pública do município de Porto Alegre”<sup>5</sup>.

Ao longo dos anos ocorreu um processo de crescimento e valorização dos documentos produzidos pelo município de Porto Alegre, o poder executivo do município atribuiu maior importância aos arquivos e a função de “arquivista”<sup>6</sup>. Porém, mesmo com esta valorização crescente, ainda não havia se destinado um lugar apropriado para a guarda desta documentação. Desta forma, o acervo foi armazenado

---

<sup>4</sup> Registrado no Histórico do Programa de Educação Patrimonial, fonte secundária.

<sup>5</sup> GEHLEN, Juliana. Guia Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. 2. ed. Porto Alegre: AHPAMV, 2009. 128 p.

<sup>6</sup> Neste sentido, destaca-se que o Intendente “cria a Biblioteca e reorganiza o Arquivo Municipal” através do decreto nº 145 de 27 de Julho de 1928. Avançando no tempo, no ano de 1955, “a Diretoria do Arquivo e Biblioteca é transformada em Serviço de Documentação” através da Lei. 1.413, que “reorganiza os serviços da Prefeitura Municipal de Porto Alegre”. Ibidem.

em diferentes locais, sendo realocado diversas vezes<sup>7</sup>. Aos poucos, o acervo documental ganhava forma e assim, informalmente, foi criado o:

“Setor de Divulgação Histórica na Divisão de Cultura da SMEC, responsável pela difusão da história de Porto Alegre e pela documentação transferida cuja disponibilização, naquela época, era restrita aos estudiosos”<sup>8</sup>.

Em 1973 o Setor de Divulgação Histórica ficaria então “responsável somente pela parte de difusão da história da Cidade”<sup>9</sup> e o Arquivo Histórico de Porto Alegre seria criado de maneira informal, passando o mesmo a ser o “encarregado do inventário, da classificação e da catalogação dos documentos”<sup>10</sup>.

Somente no ano de 1988 ocorre a criação oficial do Arquivo Histórico através da Lei. nº 6.099, de 03 de Março, que desvinculou a Cultura da Secretaria de Educação e Cultura (SMEC), criando a Secretaria Municipal de Cultura (SMC). “E é no organograma da recém criada Secretaria, que o Arquivo Histórica da Cidade de Porto Alegre aparece como equipamento vinculado à Coordenação da Memória Cultural”<sup>11</sup>. Porém, sua regulamentação ocorrerá um pouco mais tarde. No ano seguinte, em 1989, a Lei nº 6.387 dá ao Arquivo Histórico de Porto Alegre o nome de Moysés Vellinho, depois de um longo período de transformações para o Arquivo.

Após muitas mudanças, uma certa estabilidade, pelo menos no que se refere a sua localização, chega em 1994, ano em que o AHPAMV inaugurou suas novas instalações, na Av. Bento Gonçalves, nºs 1129 e 1149, ocupando dois casarões<sup>12</sup> construídos no século XIX. Desde então o Arquivo Histórico encontra-se neste endereço.

O processo de tombamento das casas é iniciado em 1989, por uma iniciativa do historiador Cyro Martini. Esta proposição ocorre em função do significado histórico das casas e de seu entorno para a identidade do bairro. Por motivos legais o tombamento não foi efetivado, no entanto, em 1991, uma das casas – designada como a número 2 –

<sup>7</sup> Em 1968 “teve início um processo interno de transferência de documentos, livros, móveis e quadros (pinacoteca) do Serviço de Documentação [...] para a então Secretaria Municipal de Educação e Cultura, SMEC”, melhorando um pouco suas condições de guarda. Ibidem.

<sup>8</sup> Ibidem, pg. 14

<sup>9</sup> Ibidem, pg. 14

<sup>10</sup> Ibidem, pg. 14

<sup>11</sup> Ibidem, pg. 15

<sup>12</sup> Os dois casarões que sediam o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho foram construídos no século XIX pelo Dr. Eugênio Pinto Cardoso Malheiros, ficando situados na então Estrada do Mato Grosso – chamada assim até 1936 - atualmente Avenida Bento Gonçalves. O primeiro casarão foi construído em 1894 e o segundo em 1895.

tem seu processo de recuperação e reciclagem iniciado. “É nessa casa, que no ano de 1994, o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, se instala e passa a desenvolver suas atividades”<sup>13</sup>, tendo sua inauguração realizada no dia 25 de outubro.<sup>14</sup> Atualmente, o AHPAMV guarda e preserva cerca de um milhão e quinhentos mil documentos, sendo o documento mais antigo datado de 1764<sup>15</sup>. Tais documentações - fontes históricas - são fontes para as ações de Educação Patrimonial desenvolvidas no AHPAMV. Uma boa aula de história deve contar com a fonte primária como recurso didático, neste sentido, as ações educativas do Arquivo Histórico recorrem às fontes que guarda para trabalhar a história e seus conceitos com os educandos que a instituição recebe.

## **2.2 Ações de Educação Patrimonial: fontes do ensino de história**

O acervo do Arquivo Histórico é fonte inspiradora das ações de Educação Patrimonial, sendo os documentos, as fontes históricas que compõem o Arquivo, utilizadas para o desenvolvimento dos projetos do AHPAMV. Os educandos participantes das ações de Educação Patrimonial promovidas pelo Arquivo Histórico conhecem e interagem com o mesmo, conscientizando-se de sua história e produzindo outras, com novos olhares e perspectivas para os documentos estudados<sup>16</sup>. Desta forma, através das atividades de Educação Patrimonial, o Arquivo procura aproximar o público escolar deste lugar de memória e proporcionar que este também se aproprie da história

---

<sup>13</sup> GEHLEN, Juliana. Guia Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. 2. ed. Porto Alegre: AHPAMV, 2009. p. 20

<sup>14</sup> As melhorias no conjunto arquitetônico continuaram, e no ano de 1999 foi construído um anexo à casa de número 2, para armazenar o acervo do Arquivo em condições apropriadas. No ano seguinte – 2000 – a casa de número 1 também foi restaurada e hoje é parcialmente ocupada pela instituição.

<sup>15</sup> O acervo do arquivo Histórico é composto por: a) Documentos Arquivísticos: Fundos Documentais Públicos (documentos oriundos dos poderes Legislativo e Executivo do município de Porto Alegre), Fundo e Coleção privados (dois acervos privados, um oriundo do conselheiro municipal Francisco Xavier da Costa e outro proveniente da Capela Positivista); b) Coleções: Biblioteca (especializada na história de Porto Alegre, tendo também um importante acervo sobre arquivologia e arquivística), Hemeroteca (coleção composta por mais de 40 títulos de jornais, revistas, almanaques e boletins), Legislação (coleções da legislação relativa às três esferas do poder público).

<sup>16</sup> Podemos identificar tais questões quando analisamos os objetivos expostos nos projetos das ações de Educação Patrimonial. No projeto Programa de Educação Patrimonial encontramos como objetivo a “inclusão cultural de públicos cujos referenciais se encontram distante deste suposto mundo de eruditos, garantindo o direito à memória”. No mesmo projeto, outro objetivo é “criar um vínculo maior com a comunidade porto-alegrense incidindo sobre noções de pertencimento”.

da cidade de Porto Alegre, que exerça sua cidadania e seja sujeito de sua história e de seu aprendizado.<sup>17</sup>

Considerando que o Arquivo Histórico é uma instituição que:

“[...] como entidade custodiadora de documentos públicos permanentes, possui a incumbência de recolher, higienizar, recuperar e/ou restaurar, organizar, acondicionar e preservar os documentos de terceira idade, produzidos e recebidos pelos poderes municipais de Porto Alegre, além de acervos provados de interesse à memória da cidade. Para que o cidadão possa exercer seu direito de acesso a esses documentos, deve, o Arquivo Histórico, produzir instrumentos de pesquisa, isto é, meios que permitam a identificação, localização e disponibilização para consulta, dos documentos e informações que preserva” (GEHLEN, 2009. p. 18).

Perante esta missão do Arquivo Histórico de Porto Alegre, chamamos a atenção para a necessidade apresentada pela instituição de proporcionar aos cidadãos acesso à documentação que guarda e preserva, permitindo assim que exerçam sua cidadania, sendo sujeitos históricos como anteriormente citado. Compreendemos, portanto, que as ações de Educação Patrimonial que o AHPAMV promove possam cumprir esta tarefa concernente a sua missão. Bellotto aborda a importância da participação dos Arquivos Históricos na educação e na construção de cidadania:

“As atividades dos serviços de difusão cultural e de ação educativa nos arquivos públicos, sobretudo nos municipais [...], vêm sendo incrementada nas instituições arquivísticas brasileiras, como uma forma de divulgar o patrimônio documental junto às comunidades que o produzem e o detêm, devendo deles também serem as beneficiárias. Tal fato tem trazido bons resultados indiscutíveis, seja no sentido da consolidação da noção de cidadania aos estudantes de primeiro e segundo graus, seja no de maior entendimento, junto às autoridades e à população, do real papel que devem ter os arquivos públicos, ademais de serem os custodiadores e organizadores da documentação produzida/acumulada como prova, testemunho ou informação em questões que envolvem direitos e deveres nas relações entre governo e cidadãos”. (BELLOTTO, 2000, p. 152)

Bellotto traduz a importância do envolvimento do AHPAMV nas ações de Educação Patrimonial, considerando que estas são uma via de transformação e ampliação do papel do Arquivo Histórico, o tornando mais próximo da população e assim possibilitando um maior acesso aos seus direitos, à memória e à cidadania.

---

<sup>17</sup> Nos objetivos do projeto *Papel Antigo e Papel Velho*, encontramos como objetivo: “Implementar – através de pressupostos teóricos adequados, articulados com princípios pedagógicos – uma ação de Educação Patrimonial no Arquivo Histórico Moysés Vellinho que possibilite a apropriação dos bens culturais, portadores de referência à identidade dos sujeitos sociais, no sentido da construção das memórias e da cidadania”

Através do projeto Programa de Estágio Curricular em Educação Patrimonial do Arquivo Histórico<sup>18</sup>, podemos perceber a intenção que as ações educativas do Arquivo Histórico têm de possibilitar o exercício da cidadania. Neste documento a formação de cidadão é associada às funções do Arquivo:

“[...] tem como função primeira a organização, guarda, conservação e disponibilização de bens referenciais a identidade porto-alegrense, a instituição, consciente da importância das memórias sociais e valores culturais na formação de cidadãos locais com papel definido no conjunto das expressões políticas dos povos no mundo, desenvolve o Programa de Educação Patrimonial.”<sup>19</sup>

Compreendemos que o projeto do Programa de Educação Patrimonial desenvolvido pelo AHPAMV não está deslocado do Arquivo Histórico, sendo apenas uma complementação de suas atividades, mas sim que é instrumento, ferramenta, importante para que os objetivos do Arquivo possam ser alcançados também no que diz respeito à valorização da memória que há neste lugar de memória<sup>20</sup>, e assim, ir além da função básica de ser lugar de guarda e preservação de documentações.

Conservar e preservar os bens patrimoniais do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho significa pensar em triplo patrimônio<sup>21</sup>: patrimônio documental, patrimônio arquitetônico e patrimônio natural. O acervo do Arquivo Histórico tais como: documentos da administração municipal como Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, jornais, o acervo da biblioteca especializada na história do município de Porto Alegre, mapas, entre outros, compõem o patrimônio documental. Os casarões construídos no século XIX, e o prédio anexo construído para a guarda do acervo, compõem o patrimônio arquitetônico do Arquivo. A área verde do entorno, composta por árvores centenárias e rochas milenares, formam o patrimônio natural do AHPAMV.

O projeto do Programa de Educação Patrimonial foi estabelecido no ano de 2005 e construiu suas propostas de ações tendo como base este conjunto de bens patrimoniais, que foram sendo agregados em suas ações conforme o processo desenvolvia-se. Atualmente, o Programa é composto pelas seguintes ações educativas:

---

<sup>18</sup> Fonte secundária de nossa pesquisa.

<sup>19</sup> Registrado no Projeto do Programa de Estágio Curricular, pg. 1. Fonte Secundária.

<sup>20</sup> O Arquivo Histórico é apresentado diversas vezes nas fontes primárias e secundárias estudadas como um lugar de memória. Este conceito apresentado por Pierre Nora (1993) será abordado de forma mais consistente no capítulo 2 deste trabalho.

<sup>21</sup> Este termo “triplo patrimônio” consta no Programa de Educação Patrimonial do AHPAMV. Visitas Guiadas. Pg. 81

*Visitas Guiadas; Projeto de Sensibilização para a Vida no Âmbito Humano, Cultural e Ambiental (Seres da Natureza – literatura e os arquétipos brasileiros, Maga das Ervas – o patrimônio imaterial e a medicina da natureza, Cores da Natureza – as tintas ancestrais, Sons da Natureza – a expressão sonora da vida.); Projeto Vivo Toque, Projeto Papel Antigo e Papel Velho, Projeto Brincando de Editar e o Projeto Descobrimdo a Arquivologia, Projeto Detetive na Casa dos Malheiros.*

As Visitas Guiadas são as primeiras ações educativas promovidas pelo Arquivo, sendo realizadas desde 1990 com o objetivo de “oportunizar ao aluno-visitante a possibilidade didática que existe nos arquivos para reflexão histórica e construção da cidadania”<sup>22</sup>, demonstrando que nas primeiras ações educativas a preocupação com o desenvolvimento de um sujeito cidadão já fazia parte das ações educativas. O projeto *Papel Antigo e Papel Velho* foi criado no ano de 1997 tendo como objetivo geral:

“Implementar – através de pressupostos teóricos adequados, articulados com princípios pedagógicos – uma ação de Educação Patrimonial no Arquivo Histórico Moysés Vellinho que possibilite a apropriação dos bens culturais, portadores de referência à identidade dos sujeitos sociais, no sentido da construção das memórias e da cidadania”.<sup>23</sup>

O projeto *Vivo Toque* foi criado três anos mais tarde, no ano de 2000, fomentado pelo sucesso do *Papel Antigo e Papel Velho*. Este projeto surgiu objetivando que seus participantes pudessem “conhecer e valorizar o patrimônio documental da Cidade [...]; experimentar o ofício de historiador através de uma mini pesquisa; [...] estimular o estudo da história local [...]”<sup>24</sup>, sendo portanto este um projeto que as reações com a disciplina de história poderiam ocorrer mais facilmente. O projeto *Sensibilização para a Vida no Âmbito Humano, Cultural e Ambiental* foi criado no ano de 2004 com o objetivo de “Sensibilizar para a preservação do patrimônio natural e cultural (material e imaterial) [...]”.<sup>25</sup> É com este projeto que o patrimônio ambiental passa a ser abordado com uma proposta específica, não apenas sendo um valor agregado aos objetivos dos projetos anteriores.

No ano de 2005 foi criado o projeto *Brincando de Editar*, este tendo como objetivo proporcionar a percepção da “escrita como testemunha de memórias sociais e

---

<sup>22</sup> Projeto Programa de Educação Patrimonial. p. 79. Fonte primária.

<sup>23</sup> Ibidem, p. 57-58

<sup>24</sup> Ibidem, p. 99

<sup>25</sup> Ibidem, p. 130

culturais, ideias e sentimentos registrados no suporte livro”<sup>26</sup>. Dois anos mais tarde, em 2007, o projeto *Descobrendo a Arquivologia* foi criado, com o objetivo de possibilitar o “reconhecimento da importância dos bens arquivísticos para a formação da cidadania e para a valorização da herança cultural porto-alegrense.”<sup>27</sup> O último projeto incluso no projeto do *Programa de Educação Patrimonial, Detetive na Casa dos Malheiros*, foi criado em 2010 com o objetivo de “aproximar as crianças do arquivo, conhecer um pouco da história de Porto Alegre, reconhecer o arquivo como um espaço cultural, sensibilizar para a conservação e preservação de bens patrimoniais.”<sup>28</sup>

Através deste breve histórico do Programa de Educação Patrimonial percebemos o quanto que as ações educativas do AHPAMV cresceram. Esta expansão não se dá apenas em termos quantitativos, mas ocorrem qualitativamente também, pois podemos identificar que – pelo menos pela análise dos objetivos – que as propostas ampliaram o campo de trabalho conceitual quanto às questões relacionadas com o patrimônio, não ocorrendo estagnação no debate referente a esta área do conhecimento histórico.

### **2.3 Educação Patrimonial: suas origens e percursos**

Educação Patrimonial é um conceito importante para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Nosso trabalho se propõe a investigar especificamente duas ações de Educação Patrimonial desenvolvidas no AHPAMV, porém, antes de cumprir esta tarefa, julgamos importante compreender alguns caminhos percorridos por esta proposta metodológica referente ao trabalho educacional com e para o patrimônio, para assim podermos compreender melhor as ações educativas as quais são objetos de nossa pesquisa:

“A Metodologia da Educação Patrimonial comparece no Brasil, a partir da década de 1980, mais precisamente em 1983, com a ação precursora do Museu Imperial de Petrópolis. A partir de trabalho realizado na Inglaterra, a então diretora do Museu, a museóloga, Maria de Lourdes Parreiras Horta, articulou a realização do 1º Seminário de Educação Patrimonial no Brasil. A partir daí, em diferentes pontos e lugares, paulatinamente, sobretudo na passagem dos anos 1980 para 1990, uma conjuntura favorável despontou, principalmente em algumas capitais e cidades brasileiras”. (BARROSO, 2010, p. 16-17).

---

<sup>26</sup> Ibidem, p. 33

<sup>27</sup> Ibidem, p. 46

<sup>28</sup> Documento: Projeto Detetive na Casa dos Malheiros. p. 5. Fonte secundária.

Machado e Monteiro também apresentam elementos que contextualizam os caminhos realizados pela Educação Patrimonial:

“Podemos considerar como marco temporal desta ideia o ano de 1983, quando foi realizado, no Rio de Janeiro, o seminário sobre *O Uso Educacional dos Museus e Monumentos*. Nesse evento, a expressão *Educação Patrimonial* é empregada pela museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta ao tratar da incorporação do Patrimônio Cultural nas ações educativas dos museus [...]. Horta definiu a Educação Patrimonial “como o ensino centrado no objeto cultural, na evidência material da cultura. OU ainda como o processo educacional que considera o objeto como fonte primária do ensino” (MACHADO, MONTEIRO, 2010, p.32)

Os caminhos da Educação Patrimonial iniciaram na década de 1980, tendo como sua precursora a museóloga Horta, que segundo Machado e Monteiro forjou a expressão. Se a Educação Patrimonial ganha força na passagem entre os anos 1980 para 1990<sup>29</sup>, sendo favorecida por uma conjuntura, acreditamos estar esta conjuntura relacionada com a legislação que propiciou no Brasil – conforme abordamos neste trabalho – uma maior valorização e reconhecimento do patrimônio, atribuindo a este novos significados. O movimento de patrimonialização também faria, portanto, parte desta conjuntura que Barroso comenta.

A Educação Patrimonial como definição estaria então centrada no objeto, na evidência material como fonte de ensino, porém esta “definição inicial é ampliada, fruto também de transformações no conceito de patrimônio, incluindo os bens tangíveis e intangíveis” (MACHADO, MONTEIRO, 2010, p.32). Ao desenvolver as ações de Educação Patrimonial, o AHPAMV acompanha esta compreensão de que o patrimônio é fonte primária do ensino, utilizando a documentação do acervo dentro desta perspectiva. Porém, ainda é importante observar que “só no final dos anos 1990 é que a expressão Educação Patrimonial começou a ser internalizada nos espaços de memória” (BARROSO, 2010, p. 18).

Tanto a compreensão do processo de desenvolvimento das ações de Educação Patrimonial no Arquivo Histórico Moysés Vellinho - que hoje compõem o projeto Programa de Educação Patrimonial - quanto a compreensão do processo de inserção da “Metodologia Educação Patrimonial” (BARROSO, 2010) nos meios patrimoniais, são importantes para o desenvolvimento do foco do nosso trabalho. Na busca de tais compreensões analisaremos as duas primeiras atividades de Educação Patrimonial

---

<sup>29</sup> Nesta transição que as *Visitas Guiadas* do Arquivo Histórico começam a ser desenvolvidas. Ações essas precursoras quanto a ações educativas no Arquivo.

desenvolvidas no Arquivo Histórico Moysés Vellinho: projeto *Papel Antigo e Papel Velho* e o projeto *Vivo Toque*. Investigaremos investigar os usos dos conceitos de memória e patrimônio nos projetos supracitados, conforme abordamos na introdução deste trabalho, de forma mais aprofundada.

#### **2.4 Projeto Papel Antigo Papel Velho: o papel como suporte do documento, o documento como suporte da memória**

O projeto *Papel Antigo e Papel Velho* (PAPV) é desenvolvido pelo Arquivo Histórico de Porto Alegre desde agosto de 1997, sendo promovido pela Coordenação da Memória Cultural em parceria com a Usina do Papel. Como proposta, apresentou a intenção de:

“integrar-se como um elemento a mais na formação educativa. [...] Esta pareceria atende à diretriz política de integração com outros setores da administração popular, contida no documento “A memória numa cidade democrática, seminário/maio de 1995””<sup>30</sup>

Considerando que a diretriz citada no documento de apresentação do PAPV, estabelece também que seja desenvolvida “uma política de preservação da memória capaz de articular as diferentes ações implementadas pelos diversos órgãos da Administração Popular no sentido da construção da cidadania”<sup>31</sup>, a parceria realizada entre SMC e Usina do Papel atende as proposições de tal diretriz. A parceria é viabilizada através do AHPAMV a partir do momento em que esta instituição responsabiliza-se pela realização da ação educativa.

O interesse do Arquivo Histórico em desenvolver políticas culturais que aproximassem o cidadão de seu acervo documental, rompendo um chamado “isolamento” que ocorre entre Arquivo e os cidadãos, foi um elemento motivador para a efetivação deste inovador projeto. Os sucessos obtidos em ações educativas realizadas no Arquivo Histórico no ano anterior – 1996 – ao do início do PAPV podem ser

<sup>30</sup> Documento: Apresentação do Projeto *Papel Antigo e Papel Velho* de 1997. Fonte secundária.

<sup>31</sup> Documento: Proposição do Projeto *Papel Antigo e Papel Velho* de 1997. Fonte secundária. Este documento parece ser uma espécie de ofício que seria enviado pelo Arquivo para a Secretaria de Cultura a fim de justificar a sua proposta e realização.

considerados também fatores motivadores para o desenvolvimento da ação, pois tais ações realizadas em 1996 receberam um bom público em um curto intervalo de tempo<sup>32</sup>.

Para compreender a proposta de trabalho do PAPV é preciso conhecer – mesmo que de forma sintética - os procedimentos metodológicos da ação educativa que:

“inicia pela “viagem” através de uma máquina do tempo<sup>33</sup>, até o século XVIII onde uma artesã [...] demonstra a confecção de papel a partir de trapos velhos [...]. Concluída a oficina<sup>34</sup>, as crianças retomam ao século XXI, passando a percorrer o arquivo monitoradas por uma atriz que encarna a Broca<sup>35</sup>, um dos mais temíveis predadores de papéis. Junto com as crianças, a Broca descobre os métodos para a preservação do acervo, conhece importantes registros históricos da cidade e também os documentos eletrônicos que passam a fazer parte de um mundo contemporâneo como suportes da memória.<sup>36</sup>”

O projeto tem como público alvo educandos com idade entre 6 e 10 anos, e busca proporcionar para as mesmas a possibilidade de conhecer “um pouco a história de Porto Alegre e noções práticas de feitura de papel”. As práticas desenvolvidas durante a ação educativa permitem que as crianças possam realizar uma “apropriação do elemento comum às duas instituições proponentes - o papel como suporte material do documento histórico, como milenar suporte e expressão da cultura”<sup>37</sup>. O papel é o elo entre as duas instituições parceiras proponentes do projeto - AHPAMV e Usina do Papel – e este se torna muito mais que material didático. O papel é fonte de conhecimento histórico e preservação da memória que está registrada nele através de documentos produzidos com o suporte do papel e suporte da memória.

O projeto *Papel Antigo Papel Velho*, dentro da perspectiva de despertar o sentimento de pertença nos educandos em relação ao patrimônio com que entram em contato, tem como objetivo incentivar que estes se apropriem do mesmo e assim desenvolvam suas identidades como sujeitos sociais e cidadãos construtores de memória, conforme podemos verificar no objetivo geral do projeto:

<sup>32</sup> O público participante das ações em 1996 foi em torno de 360 pessoas entre pais, alunos e professores no período de duas semanas.

<sup>33</sup> A máquina do tempo como recurso didático da ação educativa foi incluída após a adaptação do roteiro da atividade para seu relançamento no ano de 2002, conforme trataremos no decorrer deste trabalho.

<sup>34</sup> A primeira parte desta ação educativa inclui a participação dos educando em uma oficina de feitura de papel através de trapos, conforme era realizada no séc. XVIII. Esta oficina proporciona que os educandos entrem em contato com o suporte dos primeiros documentos do arquivo, o papel de trapos.

<sup>35</sup> A personagem Broca faz parte da segunda parte de desenvolvimento do projeto, após o relançamento em 2002. Anteriormente a personagem era uma traça. Trataremos desta mudança no decorrer do trabalho.

<sup>36</sup> Documento: Programa de Educação Patrimonial Sintetizado. Fonte secundária. Este documento apresenta os diversos projetos do Programa de Educação Patrimonial de forma sintetizada.

<sup>37</sup> Documento: Proposição do Projeto *Papel Antigo e Papel Velho* de 1997.

“Implementar – através de pressupostos metodológicos adequados, articulados com princípios pedagógicos – uma ação de educação patrimonial no AHPAMV que possibilite a apropriação dos bens culturais, portadores de referência à identidade dos sujeitos sociais, no sentido da construção das memórias e da cidadania”<sup>38</sup>.

Quando tratamos do processo histórico da Educação Patrimonial, percebemos que esta foi apresentada como uma metodologia. É desta forma que o Arquivo Histórico a compreende, sendo ela o meio didático de concretizar os objetivos propostos pelo PAPV, pois se compreende que:

“A Educação Patrimonial, metodologia utilizada, pretende estimular a nova geração no sentido de que seja construtora de sua identidade social a partir da interlocução crítica com os documentos, com o patrimônio ambiental e arquitetônico e com a própria cultura herdada dos antepassados”.<sup>39</sup>

O projeto tem caráter educacional, preocupando-se com um processo formativo quanto às questões relacionadas ao patrimônio, agregando valores educativos aos que já são trabalhados através da educação formal, possibilitando mais ações transformadoras. Clareiam estas compreensões os objetivos específicos do projeto:

“Integrar o arquivo como um elemento a mais na formação educativa; alertar para a importância da preservação do patrimônio documental; Destacar o papel, suporte material e indissolúvel do documento, enquanto produto cultural milenar da humanidade. Apresentar a reciclagem do papel como atitude transformadora em benefício do patrimônio ambiental e cultural de nossa cidade”<sup>40</sup>.

Os objetivos anteriormente especificados propostos pelo projeto PAPV são acompanhados por conceitos que perpassam toda a ação de Educação Patrimonial: Identidade, memória, história, pertencimento, lixo, patrimônio, ambiente, preservação, papel, documento, arquivo, reciclagem, cidade, cidadania e trajetória<sup>41</sup>. A compreensão desses conceitos é importante para que os educandos possam vivenciar a proposta e que

<sup>38</sup> Documento: Proposição do Projeto *Papel Antigo e Papel Velho* de 1997.

<sup>39</sup> Documento: Educação Patrimonial. Este documento apresenta compreensões quanto a Educação Patrimonial, porém não estava associado a nenhum projeto, assim como a sua data de elaboração não foi identificada.

<sup>40</sup> Documento: Proposição do Projeto *Papel Antigo e Papel Velho* de 1997.

<sup>41</sup> Estes conceitos são apresentados no 1º folder de divulgação do Projeto *Papel Antigo e Papel Velho*. Folder este que já continha as orientações para os professores trabalharem com os educandos que iriam participar das ações educativas, estabelecendo um processo que consistia em “antes, durante e depois” da participação na ação educativa. Tais conceitos permanecem compondo um folder mais recente que divulga os diversos projetos do projeto Programa de Educação Patrimonial do AHPAMV. Porém, infelizmente, não é possível precisar a datação de produção de cada folder.

assim, esta possa realmente agregar valores e significados no processo de formação de cada um e cada uma, possibilitando a constituição de uma identidade como um sujeito histórico.

Dos conceitos citados destacamos o de memória e o de patrimônio, ambos fundamentais para o desenvolvimento de nossa pesquisa. O conceito de memória é recorrentemente utilizado nas justificativas e apresentações dos projetos. Nos diversos documentos analisados referentes ao projeto *Papel antigo e Papel Velho*, encontramos na justificativa<sup>42</sup> o conceito de memória sendo utilizado para, por exemplo, descrever uma função do Arquivo Histórico: “Os arquivos conservam a memória da cidade”.<sup>43</sup>

Trabalhar com memória no Arquivo Histórico significa, principalmente, trabalhar com documentos. É através do manuseio destes documentos históricos, que os educandos poderão “observar aspectos da vida cotidiana em formação”<sup>44</sup> como a moda, costumes, escravatura, vida política, etc.

Porém, é importante dizer que para os educandos compreenderem bem a atividade proposta e conseguirem participar da mesma de forma que compreendam os conceitos utilizados, torna-se fundamental a realização de atividades preparatórias. Pensando nesta questão, o AHPAMV sugere que os educandos possam realizar uma investigação na própria escola e nos seus “arquivos pessoais”, para trabalharem com seus próprios documentos, reconhecendo o valor de um documento, identificando-se com os mesmos e com a memória de sua vida.

Registrar é muito importante para se trabalhar com história e memória, por isso, durante a participação dos educandos na ação educativa, pede-se para que todas registrem a sua vivência. A história se faz, também, através de registros e a “História se faz todos os dias.”<sup>45</sup>

Questionar-se é sempre importante, bem como questionar nossas ações. Portanto, após o desenvolvimento da ação de Educação Patrimonial ficam ainda algumas questões a serem respondidas:

“Tudo o que foi produzido é documento? [...] Basta arquivar para garantir a preservação da memória? [...] onde deve se arquivar a memória de um grupo

---

<sup>42</sup> Projeto Programa de Educação Patrimonial. Fonte primária.

<sup>43</sup> Esta citação está presente nos projetos escritos, em justificativas para participação de prêmios, em reportagens de jornal, em relatórios, nos materiais de divulgação, nas avaliações, nos materiais didáticos, e em outros documentos a esses relacionados.

<sup>44</sup> Relatório SMC 96 – 98 p. 12

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 14

de alunos de uma escola? [...] Como tudo isso se relaciona com a preservação da memória da cidade e a conservação da identidade cidadã?”<sup>46</sup>

Os conceitos de patrimônio e memória devem continuar fazendo parte da formação destes educandos. As ações de Educação Patrimonial contribuem no processo de formação, mas não o encerram. Portanto, tanto as atividades preparatórias quanto as posteriores da ação de Educação Patrimonial visam “ampliar em sala de aula os conhecimentos apreendidos no Arquivo”<sup>47</sup>. O AHPAMV não possui a pretensão de cumprir ou substituir, por exemplo, o papel da escola quanto ao ensino de história – e outras disciplinas que possam abordar os conceitos trabalhados, pois as ações educativas do projeto são caracterizadas como “suportes pedagógicos importantes que auxiliarão os professores [...] em suas tarefas cotidianas.”<sup>48</sup> Esta concepção educacional esta exemplificada nas proposições do projeto *Papel Antigo e Papel Velho*:

“O trabalho, somado ao do professor em sala de aula, antes e depois da visita, deve produzir em todos os participantes uma ampliação conceitual que permita distinguir o que é papel velho, que deve ser reciclado, e o que é papel antigo, que deve ser preservado, assim como noções gerais de como isso acontece.”<sup>49</sup>

A preocupação com a aprendizagem em sala de aula está também evidenciada na ficha de avaliação do projeto que deve ser preenchida pelos educadores, que devem responder quais das temáticas desenvolvidas no projeto poderão ajudar mais na compreensão dos conteúdos trabalhados em sala de aula. As questões são de múltipla escolha, estando entre as alternativas as seguintes temáticas:

“conhecimento da cidade, preservação do patrimônio documental, preservação do patrimônio arquitetônico e ambiental, integração do arquivo na formação educativa, a reciclagem do papel enquanto atitude formadora de cidadania.”<sup>50</sup>

Todas estas concepções educacionais, conceituais, apresentadas nos objetivos, propostas e justificativas do projeto PAPV, foram compiladas em um documento

---

<sup>46</sup> Ibidem.

<sup>47</sup> Documento: Folder de Divulgação dos Projetos.

<sup>48</sup> Documento: Convite aos Diretores de Escola. O AHPAMV envia para os diretores das escolas um convite para que estes possam aderir a proposta das ações de Educação Patrimonial do Arquivo. Estes convites possuem diferentes datações, sendo um documento padronizado, matem seu texto independentemente da escola a ser convidada.

<sup>49</sup> Documento: *Projeto Papel Antigo Papel Velho*. Fonte primária.

<sup>50</sup> Ficha de avaliação de 1998, sendo a mesma ficha de avaliação que consta no programa de educação patrimonial atual.

produzido com papel reciclado<sup>51</sup>. Tal documento pode ser um recurso didático pedagógico utilizado pelo projeto PAPV para que os alunos compreendam a importância dos documentos, e seu texto apresenta importantes contribuições para a proposta do PAPV:

“O documento é um papel de imenso valor porque é uma testemunha viva de um momento histórico. O Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho guarda os documentos que registram a história de nossa cidade e eles fazem parte de tua história. Conhecer esses documentos é como viajar no tempo e encontrar as marcas verdadeiras e originais dos fatos e acontecimentos de uma trajetória que nos pertence e na qual nos inserimos como personagem vivo e presente. Nessa interação percebemos que os papéis antigos também incidem sobre o nosso futuro. Na exploração dos elementos concretos e perceptíveis da herança cultural, tocar é uma experiência de veracidade que pode ser realizada frente à matéria-prima do nosso passado: o documento-testemunha material da cultura. O papel que tu estás tocando foi feito à mão pela usina do Papel, especialmente para esse projeto, utilizando papéis descartados pelo arquivo. Ele é um documento de tua participação. Sua cor e fragilidade lembram a dos documentos que aqui se abriga. Para melhor entender a essência desse material, a Usina do papel te oportunizará recriá-lo, junto com teus alunos, pois a história se faz todos os dias”<sup>52</sup>.

São catorze anos de desenvolvimento do projeto e o reconhecimento desta trajetória realizada pela ação educativa evidencia-se ao longo desse processo histórico. Já em 1997, seu primeiro ano de realização, o projeto ganhou destaque na mídia através da Revista Escola, de Dezembro de 1997. A revista destaca que o projeto PAPV está ensinando os alunos “a compreender o valor histórico dos documentos antigos”.<sup>53</sup> A reportagem, no entanto, trata a ação educativa como “passeio”, não reconhecendo o projeto como uma ação educacional<sup>54</sup>. No mesmo ano, o Jornal a Palavra do Bairro São João destaca que o projeto “mostra a diferença do papel como documento que deve ser preservado, e quando ele deve ser reciclado”,<sup>55</sup> chamando a atenção para a ideia central da do PAPV. No ano de 1997 participaram cerca de 700 educandos entre os meses de agosto e dezembro.

O bom público participante em 1997 motivou a continuidade do projeto no ano seguinte. Ao celebrar um ano de PAPV em 1998, o personagem principal do enredo da

<sup>51</sup> Trabalhar com o papel reciclado é característica da proposta do projeto.

<sup>52</sup> Documento: Papel Reciclado. Este documento contém uma compilação dos objetivos do projeto *Papel Antigo e Papel Velho*.

<sup>53</sup> Revista Escola, Dezembro de 1997, ANO XII – nº 108.

<sup>54</sup> Podemos relacionar este não reconhecimento do projeto como uma ação educativa com o contexto que apresentamos quanto ao desenvolvimento do reconhecimento das ações de Educação Patrimonial, que como conceito, metodologia, começou a ser mais difundida no final dos 1990. A revista é de 1997, momento em que as ideias referentes ao conceito de Educação Patrimonial começam a ser difundidas.

<sup>55</sup> Jornal “A Palavra do Bairro São João”. Ano 8. Nº 4. Porto Alegre, Setembro de 1997. Jornal este produzido pela associação dos moradores do bairro São João.

ação educativa - que proporciona ludicidade ao projeto através da utilização de recurso teatral - ganha destaque. A protagonista desta primeira fase<sup>56</sup> do PAPV é a “tracinha Biblió”, personagem principal do livro infantil “Uma Graça de Traça”, de Carlos Urbim. A traça, durante a ação educativa, “percebe a importância dos documentos que preservam a história da comunidade e também as possibilidades de transformação do papel em benefício do patrimônio ambiental e cultural”.<sup>57</sup>

Neste ano de primeiro aniversário, o projeto teve mais destaque nos jornais de Porto Alegre. O Jornal Correio do Povo noticia: “Projeto evidencia o valor do papel: aluno aprende a importância de preservar documentos como bens culturais”.<sup>58</sup> Ainda na mesma reportagem, cita trecho de entrevista com a historiadora Silvia Rita Vieira, uma das monitoras do projeto, que fala sobre a participação dos educandos e frisa que “eles podem ver o papel como o documento que registra a memória da cidade e entender a importância ecológica deste processo e verificar que árvores são poupadas quando há bom aproveitamento do papel”.<sup>59</sup>

O Projeto Papel Antigo e Papel Velho seria apresentado ainda como uma “Aula de História”<sup>60</sup> no Jornal Zero Hora do mesmo ano, que destaca também o personagem principal do projeto, a traça, educadora para a preservação de documentos. A reportagem relata que “A traça explicou as crianças a importância de preservar documentos e prédios que ajudam a contar a história de uma cidade como Porto Alegre”<sup>61</sup>, concluindo que “A visita ao arquivo não ficou apenas na descontraída aula de história.”<sup>62</sup>

Quanto à temporada de 1998 ainda cabe destacar que:

“Este projeto recebeu, ao longo de 1998, 785 crianças, totalizando 35 apresentações. [...] Em termos de RS trata-se de uma proposta inovadora, pois utiliza-se de um elemento lúdico - o jogo teatral - para tornar a visita prazerosa, desfazendo a imagem de que arquivo é lugar de mofo, depósito de papéis velhos. O projeto já foi apresentado no II Encontro de Arquivos

---

<sup>56</sup> O projeto passou por reformulações no ano de 2002 que envolveram mudanças no roteiro, alterando a personagem principal. Nesta 1ª fase a traça Biblió é a personagem principal, posteriormente passa a ser uma broca. O motivo da alteração está tratado no decorrer desse projeto.

<sup>57</sup> Documento: Celebração de um ano de aniversário do projeto *Papel Antigo Papel Velho*.

<sup>58</sup> Este é o título da reportagem realizada pelo Jornal O Correio do Povo, porém não há como verificar o dia da publicação, o ano sabemos que é 1998 conforme consta na folha em que a reportagem estava colada nas documentações que analisamos. Fonte secundária.

<sup>59</sup> Jornal Correio do Povo - 1998

<sup>60</sup> Jornal Zero Hora de 24/03/98. Seção Geral. p. 53

<sup>61</sup> Ibidem.

<sup>62</sup> Ibidem.

Municipais – 1998, em Porto Alegre, e na V Jornada de Ensino de História em Educação – 1999, em Lajeado.”<sup>63</sup>

Em agosto de 1999 o projeto *Papel Antigo Papel Velho* comemora dois anos de atividade. As comemorações chamam atenção para a metodologia do projeto e seus objetivos, pois:

“De forma lúdica, mostra a importância dos documentos que contam a história de Porto Alegre, como a cidade foi construída e evoluiu. O Objetivo é propiciar às crianças que elas descubram que também fazem história e que são responsáveis pelos registros dessa história.”<sup>64</sup>

O debate referente ao patrimônio também ganha força e aparece mais efetivamente, sendo referido nas comemorações de dois anos, que relata os procedimentos da ação educativa: “Desde a chegada da escola são abordadas aspectos do patrimônio ambiental e arquitetônico no pátio do arquivo [...]”.<sup>65</sup> É também no ano de 1999 que o Jornal do Comércio destaca o projeto PAPV, chamando atenção para o debate referente à preservação do patrimônio. “Biblió faz a festa do projeto do papel: a personagem é uma traça preocupada com a memória”<sup>66</sup> é o título de sua reportagem que ainda cita que Biblió, ao contrário de “outras traças, luta pela preservação da memória da cidade.”<sup>67</sup>

No ano de 2000, o Arquivo Histórico Moysés Vellinho inscreveu o projeto *Papel Antigo e Papel Velho* para participar do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (RMFA), na categoria Educação Patrimonial. Para apresentar e justificar o projeto recorre a ideias apresentadas em uma palestra<sup>68</sup> de Ulpiano Bezerra Menezes:

“A criação poética é deflagrada por uma violência sobre a linguagem. Para Octavio Paz esta gênese da poesia provoca um estranhamento e arrebatava o leitor para o texto. Já o professor Ulpiano Bezerra de Menezes considera que não apenas para a poesia, mas também para o ato de conhecer é imprescindível o estranhamento. Assim, o mesmo mecanismo deveria ser o mote da atividade museológica: a constituição de dispositivos que rompem as linguagens tradicionais e muitas vezes inócuas, por exemplo, das exposições. Transpondo este alerta para o plano das instituições arquivísticas temos o projeto *Papel Antigo & Papel Velho* como experiência onde a monitoria

<sup>63</sup> Documento: Histórico do projeto *Papel Antigo Papel Velho* de 1999.

<sup>64</sup> Documento: Celebração de dois anos de aniversário do projeto *Papel Antigo Papel Velho*.

<sup>65</sup> *Ibidem*.

<sup>66</sup> Jornal do Comércio 11/08/1999

<sup>67</sup> *Ibidem*.

<sup>68</sup> Palestra de Ulpiano Bezerra de Menezes no Auditório do Museu de arte do Rio Grande do Sul – MARGS, ocorrida em 18 de Maio de 2000, durante o seminário “Museus na Contemporaneidade”.

formal é dilacerada e redimensionada por uma personagem da literatura infantil.”<sup>69</sup>

Dentre os objetivos apresentados no projeto para o prêmio, além dos que foram citados em outras documentações, destacamos que a “pretensão do projeto é que as crianças percebam seu protagonismo na história, formando futuros cidadãos zelosos do patrimônio cultural.”<sup>70</sup> Interessante perceber na escrita deste documento, que tinha por objetivo a inscrição no prêmio (RMFA), o Arquivo Histórico relata o planejamento de uma nova ação de Educação Patrimonial pensada em parceria com docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esta parceria viria a criar no mesmo ano o projeto *Vivo Toque*.

Ao completar três anos, no ano de 2000, o projeto PAPV contou com a participação em suas atividades comemorativas do jornalista e escritor Carlos Urbim, autor do livro infantil “Uma Graça de Traça”, que inspirou o roteiro da ação educativa. O projeto neste ano, já contabilizava 91 apresentações, atendendo cerca de 2.400 educandos.

“Durante a descontraída visita, que objetiva ressaltar a importância do patrimônio documental, a gurizada conhece manuscritos do século dezoito, mapas e periódicos como o *Correio do Povo*, *A Federação* e a *Revista do Globo*, todos repletos de imagens e escritos de uma Porto Alegre anterior aos seus bisavós. Os pequenos estudantes entram em contato com a pena de ganso e o mata-borrão com que foram escritos, há mais de duzentos anos, os primeiros documentos sobre a formação de Porto Alegre: as Atas da Câmara. Conhecem também anúncios publicitários de dez anos atrás e a estranha grafia da língua portuguesa do século dezanove, além de receberem noções sobre a preservação dos documentos históricos e técnicas básicas de restauro.”<sup>71</sup>

No ano de 2002 o projeto foi relançado passando por alterações em sua proposta, em seu roteiro:

“A nova versão do projeto [...] surgiu pela inviabilidade jurídica do prosseguimento da contratação da atriz Dinorah Araújo, única atriz autorizada pelo autor a encenar a referida personagem. O novo personagem central da atividade é também um inseto perigoso para os acervos documentais: a broca”<sup>72</sup>.

---

<sup>69</sup> Documento: Projeto de Inscrição para o Prêmio Rodrigo de Melo Franco Andrade.

<sup>70</sup> *Ibidem*.

<sup>71</sup> Documento: Celebração de três anos de aniversário do projeto *Papel Antigo Papel Velho*.

<sup>72</sup> Documento: Projeto *Papel Antigo Papel Velho*, reformulado. 2002.

Porém a troca de personagem principal, de traça para broca, não foi a única alteração realizada no roteiro, pois aproveitou-se para agregar alguns elementos à ação educativa. Ao contrário da traça que já tinha uma consciência sobre a importância dos documentos, a broca passa pelo processo de conscientização junto com os educandos, conhecendo assim a importância dos documentos históricos através de um processo construtivo. Além dos documentos do acervo, a ação de Educação Patrimonial utiliza agora “também os documentos eletrônicos que passam a fazer parte do mundo contemporâneo como suportes da memória”<sup>73</sup>, tematizando assim “a utilização de novos suportes de informação (mídia eletrônica) e a problemática da preservação das informações nesses meios”<sup>74</sup>. Como exemplo de documento informatizado é utilizado o disquete. O relançamento do projeto *Papel Antigo e Papel Velho* ocorreu no dia 21 de Agosto de 2002, retomando suas atividades com as devidas alterações.

Em sua proposta e objetivos surgem novos elementos:

“[...] entendendo a documentação como importante suporte da memória. O projeto pretende despertar o espírito crítico em relação a este tipo de fonte, bem como as possibilidades cognitivas oriundas da experiência da leitura de documentos de valor histórico. Objetiva também desenvolver a percepção das crianças quanto ao valor cultural do papel para a humanidade.”<sup>75</sup>

O projeto continua sendo desenvolvido e sabemos que até dezembro de 2009 o projeto atendeu 5.664 pessoas. Estes números são apresentados em um relato histórico – organizado pelo AHPAMV no ano de 2010 - das ações Educação Patrimonial desenvolvidas no Arquivo.

## 2.5 Projeto Vivo Toque: experiência de ser historiador

O projeto *Vivo Toque*, que teve início no segundo semestre do ano 2000, tem sua origem em uma parceria entre A Secretaria Municipal de Cultura e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A concepção desta parceria ocorre entre 1999 e 2000, e a mesma inicia com a solicitação de contratação da professora Maria Stephanou pela Coordenação da Memória Cultural, que através de um ofício<sup>76</sup> realiza tal solicitação

<sup>73</sup> Documento: Proposta para Relançamento do projeto *Papel Antigo e Papel Velho*.

<sup>74</sup> Documento. Projeto Memória do projeto *Papel Antigo e Papel Velho*.

<sup>75</sup> Relançamento do projeto

<sup>76</sup> Documento: Ofício do Arquivo Histórico para UFRGS, datado de 05 de Outubro de 1999.

para que a citada professora possa realizar “assessoria pedagógica na elaboração de um projeto de Educação Patrimonial”.<sup>77</sup>

No mesmo ofício a Coordenação da Memória Cultural descreve as tarefas que envolvem a elaboração do projeto de Educação Patrimonial e justifica sua solicitação da seguinte forma:

“Justificamos nosso pedido de inexigibilidade tendo em vista que a professora supracitada possui formação em História e Educação, pesquisas sobre o tema memória e Educação, desenvolvendo atividades na Coordenação das Práticas de Ensino e Metodologia do Ensino de História da UFRGS, o que a capacita sobremaneira para assessorar trabalhos na área de Memória, História e Educação.”<sup>78</sup>

A proposta inicial redigida em um “Formulário de Projeto de Extensão” da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS, é considerada uma atividade de “consultoria, assistência, assessoria, programa”<sup>79</sup> que deveria ser realizada em diferentes etapas entre janeiro e dezembro de 2000. A proposta ainda previa o envolvimento de 45 alunos de graduação do curso de pedagogia.

A proposta inicial recebeu o nome de “Memória e História no Arquivo: Programa de Educação Patrimonial”<sup>80</sup> e dentre os objetivos apresentados destacamos:

“Criar novos espaços de atuação em extensão relativamente ao tema da Educação Patrimonial, trazendo à Universidade as alternativas educativas do Patrimônio Público da cidade e oferecendo aos acervos patrimoniais saberes e conhecimento produzidos no âmbito da pesquisa e do ensino acadêmico; Problematizar e dinamizar as propostas de ensino de história, tematizando a história da cidade e a construção de outras narrativas apoiadas em fontes oferecidas pelo Arquivo; Oportunizar vivências não escolares para a aprendizagem de história; Sensibilizar para questões relacionadas ao Patrimônio Cultural, seu valor histórico e de memória e a necessidade de sua recuperação e preservação; Possibilitar aos alunos e professores envolvidos outros olhares para a cidade, embasados nas pesquisas e narrativas produzidas no encontro com o acervo documental do Arquivo; Trabalhar, a partir da memória, questões de identidade e pertencimento, ingredientes necessários para a formação da cidadania.”<sup>81</sup>

Ainda da súmula do mesmo formulário podemos identificar a proposta de parceria:

---

<sup>77</sup> Ibidem.

<sup>78</sup> Ibidem.

<sup>79</sup> “Formulário de Projeto de Extensão” da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS.

<sup>80</sup> Ibidem.

<sup>81</sup> Ibidem.

“constitui-se como um Programa de Educação Patrimonial, parceria entre a FACED – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – e a SMC (Secretaria Municipal de Porto Alegre) a realizar-se no Arquivo Histórico Moysés Vellinho, envolvendo professores e alunos de 5ª e 6ª séries de escolas públicas municipais e estaduais, sob a forma de oficinas para alunos e professores e atividades de ensino que a antecedem e que se estendem posteriormente nas escolas, sob a orientação e acompanhamento de professores da FACED/UFRGS, da equipe de profissionais do Arquivo Histórico e de bolsistas de extensão.”<sup>82</sup>

A justificativa de tal projeto é muito relevante:

“[...] O Arquivo Histórico, lugar específico da organização e guarda de um acervo documental referente à cidade de Porto Alegre, constitui-se também num lugar da memória da cidade, contendo potencialmente identidades individuais e coletivas ao possibilitar o conhecimento do passado, através de inúmeros registros. Para que o Arquivo Histórico passe a contribuir de forma mais incisiva e intensiva como Patrimônio Cultural da Cidade, já desenvolve um projeto<sup>83</sup> que visa aproximá-lo do público escolar, não como aquele lugar de coisas velhas e de erudição, mas um lugar atraente, passível de consulta a todos os interessados no passado individual e coletivo, na memória da cidade, contribuindo assim para assegurar um direito pleno da cidadania: o direito ao passado. [...] Compreendendo a importância de ações que trabalhem questões relacionadas à memória da cidade numa ótica de cidadania, propomos a realização de um Programa de Educação Patrimonial, que, além de atuar junto aos alunos para aproximá-los do Arquivo, possa contribuir na formação de professores e intervir nas propostas de ensino de história, rompendo com uma visão única e pasteurizada do passado, construindo novas narrativas, apoiadas nas fontes que o Acervo Documental do Arquivo oferece.”<sup>84</sup>

As professoras da FACED/UFRGS coordenadoras desta proposta são Maria Stephanou e Maria Aparecida Bergamaschi e em janeiro de 2000 encaminham fax para o Arquivo Histórico a fim de tratar dos custos da assessoria e também sobre a proposta metodológica para a ação educativa. A ideia apresentada via fax<sup>85</sup> é de trabalhar com um fato histórico ocorrido na cidade de Porto Alegre: o Incêndio do Mercado Público em 1912. Utilizando como fontes de pesquisa o inquérito policial, contendo os depoimentos recolhidos para o caso.

Elaborações posteriores do projeto *Vivo Toque* – como a que faz parte do atual projeto do Programa de Educação Patrimonial do AHPAMB – ainda se remetem as ideias produzidas por Stephanou e Bergamaschi. Quando acrescida a ideia do Arquivo com um lugar vinculado à memória coletiva da cidade, os projetos citam as professoras para referir-se ao Arquivo:

---

<sup>82</sup> Ibidem.

<sup>83</sup> Esta é uma referência ao projeto *Papel Antigo e Papel Velho*.

<sup>84</sup> “Formulário de Projeto de Extensão” da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS – Justificativa da proposta.

<sup>85</sup> Ideia que compõe o projeto *Vivo Toque*, até o tempo presente.

“contém em seu acervo importantes documentos que podem proporcionar diferentes olhares e leituras do passado, tanto de um anódino cotidiano, quanto de realidade mais complexas, dos comportamentos individuais e das realização coletivas. Do diálogo com esses documentos é possível escrever uma ou muitas histórias da cidade, compreender os caminhos trilhados pelos grupos sociais que nela produziam suas identidades e práticas sociais diversas, em diferentes tempos, testemunhos ou registrados, em parte, pelo acervo que o arquivo zela e disponibiliza à população em geral e aos pesquisadores em particular”<sup>86</sup>

Além desses elementos, também surge como justificativa para a realização do projeto, assim como no projeto *Papel Antigo Papel Velho*, a “diretriz emanada do seminário “A memória numa cidade democrática”, de maio de 1995”,<sup>87</sup> em que a parceria entre UFRGS e a SMC estariam atendendo esta diretriz, acrescentando o fato de que a SMC tem como finalidade:

““I – identificar o desenvolvimento da cultura de modo a possibilitar o acesso de todas as camadas da população do município aos bens culturais; promover a educação para a cultura através de ações formativas e informativas, com vistas à participação de indivíduos e grupos no processo cultural; [...] promover a realização de convênios, termos de cooperação ou contratos com organismos públicos ou privados atuantes na área do desenvolvimento cultural;” (Artigo 3º da lei 6099 de 4 de fevereiro de 1988.)”<sup>88</sup>

A metodologia de trabalho proposta elucida a preocupação com questões importantes para a compreensão da história, como a temporalidade, tratando desta dificuldade apresentada pelos alunos:

“os estudantes não constituído ainda uma boa compreensão da categoria tempo e das noções de temporalidade que permitem “passear” pelo passado, situar objetos fatos e acontecimentos em um tempo distante do vivido. Neste sentido, o projeto vivo toque na sua interação com documentos produzidos em outras épocas, poderá ser uma possibilidade ímpar de atuar e operar com esse tempo, compreender as descontinuidade e permanências, comparar temporalidade e situar períodos em relação ao presente.”<sup>89</sup>

---

<sup>86</sup> Projeto Programa de Educação Patrimonial. Fonte primária. Neste projeto há a citação das professoras, referindo-se a um projeto elaborado no ano de 2000.

<sup>87</sup> Documento: Proposição do Projeto *Vivo Toque* de 1999.

<sup>88</sup> *Ibidem*.

<sup>89</sup> Documento: Projeto *Vivo Toque*. – Metodologia.

Portanto as metodologias pensadas para o desenvolvimento do projeto, trataram de “fazer da história disciplina importante para os referenciais individuais e dos documentos instrumentos fundamentais na sua construção”<sup>90</sup>.

Na continuidade da construção do projeto outros objetivos foram agregados:

“Conhecer e valorizar o patrimônio documental da cidade, na medida em que este registro do passado pode ser instrumento para a descoberta de raízes, estabelecimento de vínculos e para a construção de identidades; Exegese de fontes documentais buscando elaborar novas narrativas sobre determinado fato histórico, bem como reconstruir inúmeros aspectos da vida social naquele momento: relações econômicas, políticas, afetivas, simbólicas, religiosas. Experimentar o ofício de historiador a partir de uma mini pesquisa. Estimular o estudo da história local, concebida em relação dialética com a dinâmica universal. Despertar os professores para a potencialidade da Educação Patrimonial no ensino de História e do arquivo como alternativa par atividades extra-classe com vista à pesquisa em fontes documentais. Ruptura da imagem do arquivo como recanto de eruditos, estimulando os jovens a concebê-lo como um espaço vital para a constituição da cidadania no que se refere ao direito à memória.”<sup>91</sup>

O público alvo do projeto são educandos de 5ª a 8ª série que já têm contato com a disciplina de história. Desta forma, o projeto torna-se um importante auxílio para o professor de história:

“Essa possibilidade poderá ser única para eu estes estudantes sintam-se enamorados, amarrados/cativados à possibilidade de ter como prática constante em suas vidas o acesso aos arquivos, a busca de documentos e fontes para a escrita do passado, o arquivo como lugar de memória. [...] com a dinâmica que as narrativas da história podem e devem revestir.”<sup>92</sup>

O projeto *Vivo Toque* que “desperta o interesse pela investigação histórica e pelo patrimônio cultural da cidade”<sup>93</sup>, foi destaque no ano de 2001 no Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade por apresentar “conteúdo de excepcional qualidade”<sup>94</sup>, sendo assim reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que “não somente enaltece seu caráter de exemplaridade, mas também procura estimular iniciativas semelhantes”.<sup>95</sup>

---

<sup>90</sup> Ibidem.

<sup>91</sup> Documento: Projeto *Vivo Toque*.

<sup>92</sup> Documento: Projeto *Vivo Toque*. – Público Alvo

<sup>93</sup> Documento: Convite aos Professores das Escolas. O AHPAMV envia para os professores das escolas um convite para que estes possam aderir a proposta das ações de Educação Patrimonial do Arquivo. Estes convites possuem diferentes datações, sendo um documento padronizado, matem seu texto independentemente da escola a ser convidada.

<sup>94</sup> Revista Patrimônio Prêmio Rodrigo Melo de Franco Andrade. IPHAN, 2001. Seção Ações em Destaque. p. 8

<sup>95</sup> Ibidem.

O IPHAN destacou que o projeto *Vivo Toque* por buscar a “valorização do patrimônio documental referente à história da cidade”<sup>96</sup>, destacando que através da metodologia utilizada estimula “os alunos a elaborar diferentes narrativas frente aos fatos históricos, levando-os à experimentação do ofício de historiador”<sup>97</sup>.

As atividades preparatórias também estão integradas as propostas do projeto. O professor é convidado a preparar um glossário para que os alunos possam compreender os conceitos utilizados na ação educativa. As atividades preparatórias são utilizados para “potencializar a participação dos estudantes nas oficinas”<sup>98</sup> e que assim eles possam se “familiarizar com o contexto histórico do início do século XX, possibilitando uma melhor localização espaço-temporal.”<sup>99</sup> O trabalho com conceitos é importante para que se compreenda as ações educativas, principalmente quando nos referimos aos conceitos de memória e patrimônio.

Para tal atividade os alunos já são convidados a trabalhar com a história de Porto Alegre através da análise de reportagens selecionadas pelo Arquivo Histórico do jornal *O Independente*, publicado entre os anos de 1900 e 1923.

Quanto à avaliação do projeto pelos educadores, a ficha a ser preenchida os questiona sobre quais das temáticas desenvolvidas no projeto poderão ajudar mais na compreensão dos conteúdos trabalhados em sala de aula, tendo a possibilidade de múltipla escolha entre as seguintes alternativas:

“Conhecimento da cidade; Preservação do Patrimônio Documental e Arquitetônico; Integração do Arquivo na formação educativa; O conhecimento de um espaço de memória (Mercado Público); O trabalho de pesquisa utilizando fontes primárias e secundárias; Compreensão do processo histórico; A experimentação da história como ciência através do estudo do fato histórico; A interpretação dos documentos históricos.”<sup>100</sup>

Até Dezembro de 2009 o projeto *Vivo Toque* atendeu 4.684 alunos.

---

<sup>96</sup> Ibidem.

<sup>97</sup> Ibidem.

<sup>98</sup> Documento: Atividades preparatórias *Vivo Toque*

<sup>99</sup> Ibidem.

<sup>100</sup> Documento: Projeto *Vivo Toque* - Ficha de Avaliação

### **3 CAPÍTULO 2: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E SEUS CONCEITOS: PATRIMÔNIO E MEMÓRIA**

No capítulo anterior, abordamos sinteticamente e de forma factual o histórico do projeto Programa de Educação Patrimonial do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, dando ênfase a dois projetos específicos: projeto *Papel Antigo e Papel Velho* e o projeto *Vivo Toque*. Nesta abordagem, tratamos também do processo de criação do Arquivo Histórico, visto que o julgamos importante para que possamos compreender os percursos realizados pelo mesmo para que hoje possam ser desenvolvidas as referidas ações de Educação Patrimonial nesta instituição.

No contato com a documentação analisada - nossas fontes primárias e secundárias - percebemos que os dois projetos analisados trabalham com os educandos suas ações educativas conceitos importantes para a compreensão da história – para o Ensino de História - como os de memória e patrimônio.

Os conceitos de memória e patrimônio são abordados sob diferentes perspectivas. Os mesmos são utilizados na composição das justificativas, dos objetivos, nas proposições, dos projetos que são nossas fontes primárias, bem como em outros documentos que compõem o acervo referente às ações de Educação Patrimonial, sendo estes nossas fontes secundárias. Referente às abordagens dos conceitos de memória e patrimônio, nos questionamos quanto aos usos dados aos mesmos através das ações educativas do AHPAMV.

Afinal, quais são as compreensões apresentadas desses conceitos? De que forma são propostos e trabalhados nos projetos *Papel Antigo e Papel Velho* e *Vivo Toque*? Qual é a relação estabelecida com a história e seu ensino? Qual a intenção ao utilizá-los? Estas questões nos intrigam e motivaram nossa investigação.

#### **3.1 Considerações sobre a memória e seus lugares**

Na busca de respostas para nossos questionamentos, começamos por considerar que a “memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”. (POLLACK, 1992, p. 203) Importante frisar primeiramente esta ideia, pois sabemos que as concepções mais corriqueiras de memória, presentes no senso comum, podem levar a crença de que a memória está situada “em algo do passado, o qual pode ser resgatado

pelos homens do presente. Como um menino que recolhe coisas, a memória seria algo recuperável no presente” (POSSAMAI, 2010, p. 210).

Ao considerarmos que o Arquivo Histórico é uma instituição que possui incumbência de guardar e preservar documentações que registram memórias, devemos ter presente as características da memória que acabamos de referir: seletiva, não guarda tudo, não registra tudo. As memórias preservadas e guardadas no AHPAMV estão registradas nas documentações que o Arquivo conserva em seu acervo. Porém, o que não podemos acreditar é que o Arquivo Histórico possa conservar “a memória da cidade”,<sup>101</sup> função esta que lhe é atribuída em algumas documentações dos projetos analisados. Podemos identificar esta ideia nas redações dos primeiros projetos que analisamos, bem como a permanência desta ideia no atual Programa de Educação Patrimonial.

No entanto, cremos que há uma considerável diferença entre ser uma instituição de guarda e preservação de documentos que registram memórias e ser uma instituição detentora da memória de uma cidade inteira, detentora de toda memória construída pelos grupos sociais e seus atores. Como acabamos de indicar não compreendemos que a memória está situada em algo do passado e agora, no presente, poderemos resgatá-la. Pensamos, no entanto, que há conexões exercidas pela memória:

“Ao conectar-se ao presente, a memória será invariavelmente seletiva. Alguns aspectos serão escolhidos para serem lembrados, assim como outros são eleitos para serem esquecidos. Dessa forma, o esquecimento não se opõe a memória nem opera contra a memória, mas é parte constitutiva dela.” (POSSAMAI, 2010, p. 212).

Logo não verificamos possibilidade de que o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho possa realmente exercer a função que diz cumprir nas justificativas dos projetos de Educação Patrimonial: conservar “a memória da cidade”. Sendo o Arquivo uma instituição que guarda e preserva essencialmente memórias materializadas em documentos – em sua grande maioria no suporte do papel, devemos ter a consciência de que: “As memórias não materializadas em monumentos ou artefatos culturais são aquelas que mais sofrem abusos de esquecimento” (POSSAMAI, 2010, p. 216).

---

<sup>101</sup> Esta citação está presente nos projetos escritos, em justificativas para participação de prêmios, em reportagens de jornal, em relatórios, nos materiais de divulgação, nas avaliações, nos materiais didáticos, e em outros documentos a esses relacionados.

Portanto, o AHPAMV seleciona a memória da cidade, também “esquece” de muitas memórias de Porto Alegre. E se ainda considerarmos:

“a definição de *lugares de memória*, de Pierre Nora, é válido dizer que nos arquivos, monumentos, memoriais e prédios históricos da cidade encontra-se não a memória de um grupo, cidade ou nação, mas sim uma determinada memória que foi construídas pelos atores sociais daquele grupo, cidade ou nação, e que adquiriu legitimação ao longo dos anos.” (POSSAMAI, 2010, p. 213).

Para Pierre Nora, “Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais”. (NORA, 1993, p. 7) Os lugares de memória se constituem a partir da compreensão de que a memória estaria se perdendo:

“A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória” (NORA, 1993, p. 7).

Pierre Nora afirma ainda que:

“Se habitássemos ainda nossa memória não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez numa identificação carnal do ato e do sentido” (NORA, 1993, p. 8-9).

Os lugares de memória passam então a ocupar o espaço da vivência como forma de preservar a memória. Se antes os hábitos, os costumes, tradições, rituais, enfim, a vida cotidiana poderia, através do ato da repetição - preservar a memória de um povo, por exemplo, não há mais esta possibilidade pois: “Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história<sup>102</sup>.” (NORA, 1993, p. 7). A memória como uma história vivida esta passando para o campo do inteligível.

Para preservar a memória:

---

<sup>102</sup> “O fato que só existia uma palavra em francês para designar a história vivida e a operação intelectual que a torna inteligível (o que os alemães distinguem por *Geschichte* e *Historie*)” (NORA, 1993, p. 7).

“os lugares de memória fazem uma mediação com o tempo, construindo um laço entre presente e passado. A vigilância sobre a memória, nesse sentido, torna-se fundamental para a perpetuação e afirmação dos grupos sociais na dinâmica da vida da cidade.” (POSSAMAI, 2010, p. 212).

Ao propor o projeto *Vivo Toque*, as professoras Stephanou e Possamai consideraram o AHPAMV como um lugar de memória, pois o:

“Arquivo Histórico, [...] constitui-se também num lugar da memória da cidade, contendo potencialmente identidades individuais e coletivas ao possibilitar o conhecimento do passado, através de inúmeros registros”<sup>103</sup>.

Lugar de compreensão da história e seus processos, das construções sociais realizadas pelos diferentes grupos e atores, lugar de guarda e preservação da memória materializada em seus documentos. Sendo o Arquivo um lugar de memória, a intenção das ações de Educação Patrimonial é aproximar os educandos do arquivo, pois compreende-se que tais ações sejam para os educandos a “possibilidade de ter como prática constante em suas vidas o acesso aos arquivos, a busca de documentos e fontes para a escrita do passado, o arquivo como lugar de memória”<sup>104</sup> Aproximar os educandos do Arquivo significa aproximá-los da memória - da qual todos têm direito - e proporcionar uma vivência constituidora de cidadania.

Ao identificarmos o Arquivo como um lugar de memória, reforçamos que julgamos ser equivocada a compreensão de que o AHPAMV poderia conservar “a memória da cidade”. Esta compreensão difere das ideias que apresentamos da memória seletiva, construída socialmente, individualmente ou coletivamente. Buscando compreender os possíveis motivos para que estas compreensões equivocadas quanto ao que compreendemos como memória, e como este conceito vem sendo discutido nos meios acadêmicos, propomos pensar no processo de patrimonialização discutido por Hartog, que chamou atenção para tal processo estabelecendo uma crítica quanto ao mesmo, pois através dele “tudo tornava-se patrimônio” na busca por uma identidade nacional, na busca por símbolos que pudessem contribuir na construção e representação desta identidade. Esta busca propiciou a produção de “lugares de patrimônio urbano para construir a identidade escolhendo uma história, que se torna a história, a da cidade ou do bairro: história inventada, reinventada ou exumada [...]” (HARTOG, 2006, p. 268).

---

<sup>103</sup> “Formulário de Projeto de Extensão” da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS - Justificativa

<sup>104</sup> Documento: Projeto *Vivo Toque* – Público Alvo

### 3.2 Patrimonialização: legislação patrimonial e uma “busca”

Qual será a busca do Arquivo Histórico para “inventar” a guarda da história da cidade? O Arquivo estaria buscando construir a identidade da cidade, através da apropriação de sua história como um patrimônio da cidade?

O processo de patrimonialização incentivado pela legislação na França e criticado por Hartog, também ocorreu no Brasil, exercendo influência na significação dos patrimônios e interferindo no trabalho e nas ações dos mesmos. Um exemplo desta interferência é a promoção de ações de Educação Patrimonial, que surgem nesse contexto de patrimonialização buscando divulgar, preservar e valorizar cada bem patrimonial.

No Brasil, a categoria patrimônio passou por um processo de valorização a partir dos anos 90. Este redimensionamento do valor atribuído a esta categoria está associado à criação de leis relacionadas ao incentivo à cultura, tanto no âmbito nacional quanto regional. Destaco, para fins desta análise duas leis: a Lei nº 8.313/91 no âmbito nacional - conhecida como Lei Rouanet – e no âmbito regional a Lei nº 10.846/96 – Lei de Incentivo à Cultura do Estado do Rio Grande do Sul que ampliam a noção dos bens a serem preservados, movimento iniciado em âmbito nacional anteriormente pela Lei. 7.505/1986:

“Essa ampliação da noção dos bens a serem preservados foi reforçada pelas políticas de incentivo fiscal voltadas para a cultura, A Lei.7.505/1986, conhecida como Lei Sarney, constituiu de um lado, um significativo impulso no âmbito da proteção do patrimônio. Mas, de outro, proporcionou o desenfreado desenvolvimento do marketing cultural, que se consolidou nos anos 90. (FUNARI, PELEGRINI, p. 50, 2006.)”

Tais lei incentivaram um olhar diferenciado para o patrimônio, que fez com que este passasse a ser mais visto e valorizado, que mais ações – restauração, atividades de conscientização, divulgação, eventos culturais, etc. - fossem desenvolvidas a partir e para o patrimônio. Infelizmente, sabemos que por muitas vezes os incentivos fiscais, como a dedução do imposto de renda, são os únicos incentivos motivadores para que instituições do capital privado invistam no patrimônio, porém não podemos deixar de reconhecer que tais leis modificaram o panorama desta categoria, mesmo que a legislação apresente estas e outras problemáticas, promovendo uma mercantilização da cultura que fica presa a processos de marketing.

Abordamos leis das esferas federal e estadual, porém ainda podemos citar ações do poder executivo municipal que também contribuíram para o processo de patrimonialização referente ao município de Porto Alegre. Os dois projetos de Educação Patrimonial – PAPV e Vivo Toque - objetos de nossa análise, apresentam em suas justificativas, que o Arquivo teria como objetivo:

“integrar-se como um elemento a mais na formação educativa. [...] Esta pareceria atender à diretriz política de integração com outros setores da administração popular, contida no documento “A memória numa cidade democrática, seminário/maio de 1995””<sup>105</sup>

Sabemos, como citado anteriormente, que o Arquivo Histórico estando subordinado a Secretaria Municipal de Cultura, ao cumprir a diretriz política exposta no documento “A memória numa cidade democrática, seminário/maio de 1995”, estaria atendendo algumas finalidades desta secretaria:

““I – identificar o desenvolvimento da cultura de modo a possibilitar o acesso de todas as camadas da população do município aos bens culturais; promover a educação para a cultura através de ações formativas e informativas, com vistas à participação de indivíduos e grupos no processo cultural; [...] promover a realização de convênios, termos de cooperação ou contratos com organismos públicos ou privados atuantes na área do desenvolvimento cultural;” (Artigo 3º da lei 6099 de 4 de fevereiro de 1988.)”<sup>106</sup>

Compreendemos que estas atribuições, finalidades e objetivos que competem ao AHPAMV conforme as determinações referentes à diretriz e lei supracitada podem ajudar a responder os questionamentos que propomos anteriormente referentes a uma possível “busca” do Arquivo Histórico, bem como o processo de patrimonialização apresentado por Hartog buscava, dentre outros objetivos, a construção de uma identidade nacional. Havíamos questionado: Qual será a busca do Arquivo Histórico para “inventar” a guarda da história da cidade? O Arquivo estaria buscando construir a identidade da cidade, através da apropriação de sua história como um patrimônio?

Perante as finalidades e objetivos que competem ao arquivo, entendemos que uma possível “busca” do Arquivo seria a inclusão de todas as camadas da população – o que não consideramos tarefa fácil e talvez nem sequer possível – no processo de acesso aos bens culturais. Tal inclusão – conforme a proposta – deveria ocorrer via ações formativas e informativas. Pensamos, portanto, que a busca pela inclusão de todos

<sup>105</sup> Documento: Apresentação do Projeto *Papel Antigo e Papel Velho* de 1997. Fonte secundária.

<sup>106</sup> Documento: Proposição do Projeto *Vivo Toque* de 1999.

poderia ser um dos motivos geradores da compreensão de ser possível conservar e registrar a memória da cidade, conforme a historiadora e monitora do projeto Papel Antigo e Papel Velho declarou ao Jornal Correio do Povo em 1998 quando se referia os educandos participantes da ação: “Eles podem ver o papel como o documento que registra a memória da cidade [...]”<sup>107</sup>. Se pensarmos em um processo de patrimonialização do município esta “busca” geradora de tal equívoco pode representar uma tentativa de construção de uma identidade do município de Porto Alegre através de seus bens patrimoniais.

As ações de Educação Patrimonial tornaram-se então um dos meios escolhidos pela Secretaria Municipal de Cultura e o Arquivo Histórico Moysés Vellinho para promover a inclusão dos cidadãos porto-alegrense no que se referia aos bens culturais da cidade, nessa possível busca da construção de identidade. Tais ações ainda promoveriam a valorização e preservação do patrimônio da cidade. Considerando que as ações de Educação Patrimonial cumpram estas funções, como se dá a relação destas ações com o Arquivo Histórico de Porto Alegre e suas funções como bem patrimonial da cidade?

### **3.3 Educação Patrimonial: memória e história**

Para pensar esta relação entre a Educação Patrimonial e o Arquivo Histórico, proponho que possamos pensar sobre a relação do Arquivo Histórico, como um lugar de memória, com a função do historiador. Precisamos ir além da relação óbvia entre Arquivo e historiador, sendo aquele um espaço de pesquisa para este. Precisamos ir além também da visão tradicional da relação entre história e memória, criticada por Peter Burke. Tal visão nos diz que a “a função do historiador é ser o guardião da memória dos acontecimentos públicos [...]” (BURKE, 2000, p. 69). A um historiador compete muito mais que simplesmente guardar a memória dos acontecimentos públicos. Burke lembra que:

“Essa explicação tradicional da relação entre memória e a história escrita, na qual a memória reflete o que aconteceu na verdade e a história reflete a memória, parece hoje demasiado simples. Tanto a história quanto a memória passaram a revelar-se cada vez mais problemáticas”. (BURKE, 2000, p. 70).

---

<sup>107</sup> Jornal Correio do Povo 1998

Ao pensar nas palavras de Burke, lembramos a crítica que fizemos quanto ao Arquivo conservar a memória da cidade, que parece acompanhar essa visão tradicional da relação entre memória e história, ao tratar seu acervo como detentor da memória de uma cidade, seria um espaço de preservação de uma verdade. Não compreendemos ser essa a relação entre memória e história, entre memória e Arquivo Histórico. As relações entre memória e história são muito mais complexas:

“Lembrar o passado e escrever sobre ele não mais parecem as atividades inocentes que outrora se julgava que fossem. Nem as memórias nem as histórias parecem ser mais objetivas. Nos dois casos, os historiadores aprendem a levar em conta a seleção consciente ou inconsciente, a interpretação e a distorção. Nos dois casos, os historiadores aprendem a levar em conta a seleção, interpretação e distorção como condicionado, ou pelo menos influenciado, por grupos sociais. Não é obra de indivíduos isolados.” (BURKE, 2000, p. 70).

O historiador não é detentor da verdade, não é detentor da memória, e para trabalhar com esta deve saber lidar e compreender as interpretações, distorções e seleções da memória que sofrem influências de diversos grupos sociais. Assim como o historiador, o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho não preserva em seu acervo apenas documentos que registrem a memória de acontecimentos públicos. Burke ao elaborar sua crítica quanto à visão tradicional da relação entre memória e história, referia-se à história escrita. É função do historiador, além de preservar a memória, divulgá-la para que todos possam ter acesso a ela, tendo consciência do cuidado que deve tomar, pois esta sofre influências de grupos sociais.

As funções do historiador, do Arquivo Histórico e das ações de Educação Patrimonial relacionam-se em alguns pontos ao trabalhar com memória e história: guardar, preservar e divulgar. Assim como ao historiador, ao Arquivo Histórico também cabe a função de guarda e preservação da memória que esta registrada na documentação de seu acervo. Também cabe ao Arquivo Histórico a função de divulgar esta memória, e para isso disponibiliza seu acervo para pesquisa, muitas vezes realizadas por historiadores a fim de escrever a história e também cumprir a sua função de divulgador da mesma. Porém, o AHPAMV ampliou suas possibilidades para divulgar a memória que preserva, indo além da disponibilização de seu acervo para a pesquisa. O Arquivo Histórico propôs ações de Educação Patrimonial, os projetos Papel Antigo e Papel Velho e Vivo Toque, que também contribuem na divulgação da memória. Tais ações apresentam dentre seus objetivos:

“possibilitar a apropriação dos bens culturais, portadores de referência à identidade dos sujeitos sociais, no sentido da construção das memórias e da cidadania”.<sup>108</sup> “Integrar o arquivo como um elemento a mais na formação educativa [...]”.<sup>109</sup> “[...] propiciar às crianças que elas descubram que também fazem história e que são responsáveis pelos registros dessa história.”<sup>110</sup> “[...] entendendo a documentação como importante suporte da memória. O projeto pretende despertar o espírito crítico em relação a este tipo de fonte, bem como as possibilidades cognitivas oriundas da experiência da leitura de documentos de valor histórico. [...]”<sup>111</sup> “Conhecer e valorizar o patrimônio documental da cidade, na medida em que este registro do passado pode ser instrumento para a descoberta de raízes, estabelecimento de vínculos e para a construção de identidades; [...] Despertar os professores para a potencialidade da Educação Patrimonial no ensino de História e do arquivo como alternativa par atividades extra-classe com vista à pesquisa em fontes documentais. Ruptura da imagem do arquivo como recanto de eruditos, estimulando os jovens a concebê-lo como um espaço vital para a constituição da cidadania no que se refere ao direito à memória.”<sup>112</sup>

Esses diversos objetivos supracitados e inclusos nos projetos das ações de Educação Patrimonial do projeto Programa de Educação Patrimonial do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho contribuem para a transformação de um local, muito mais que um lugar de memória e guarda de documentação, podendo assim também ser considerado uma instituição dissipadora da memória que preserva. As ações de Educação Patrimonial são divulgadoras da memória registrada nas documentações do Arquivo. Para tanto, deverá levar em conta, assim como o historiador faz, que a memória é selecionada, e sofre interpretações e distorções de diferentes grupos sociais.

### **3.4 Arquivo Histórico: lugar de memória, lugar de ensino de história**

Através das ações de Educação Patrimonial são agregadas funções ao Arquivo Histórico bem como potencializadas as funções já estabelecidas para a instituição. O AHPAMV – lugar de memória – passa a ser um espaço referencial para o desenvolvimento da educação não formal. Este espaço estabelecido a partir das ações de Educação Patrimonial promovidas no Arquivo contribui na construção de identidades a partir do momento que propicia a apropriação dos bens culturais que os educandos entram em contato durante as ações, conscientizando que todos são sujeitos históricos, construtores de memória e cidadania.

<sup>108</sup> Documento: Projeto do Programa de Educação Patrimonial. p. 57-58

<sup>109</sup> Documento: Proposição do Projeto *Papel Antigo e Papel Velho* de 1997

<sup>110</sup> Documento: Celebração de dois anos de aniversário do projeto *Papel Antigo Papel Velho*

<sup>111</sup> Documento: Proposta para Relançamento do projeto *Papel Antigo e Papel Velho*

<sup>112</sup> Documento: Projeto do Programa de Educação Patrimonial - Objetivos

O Arquivo Histórico de Porto Alegre como espaço de educação não formal passa a ser agente contribuinte do Ensino de História, buscando romper com a imagem de que arquivo é lugar apenas de historiadores, pesquisadores, arquivistas, eruditos, etc. Porém, muitos desconhecem:

“[...] quanto o arquivo pode fazer para tornar o ensino da História mais prazeroso e compreensivo para seus filhos, os cidadãos de amanhã. Nem mesmo os professores do primeiro e segundo graus, os de História inclusive, têm conhecimento dos bons frutos pedagógicos que poderiam obter junto aos arquivos públicos históricos. Ora, esta imagem pouco conhecida na sociedade pode mudar, se as instituições arquivísticas e os profissionais por elas responsáveis souberem levar a cabo bons programas de atividades culturais e educativas, em conjunto com os agentes e autoridades da área da educação.” (BELLOTTO, 2000, p. 160)

Os projetos de Educação Patrimonial Papel Antigo e Papel Velho e Vivo Toque desenvolvidos no AHPAMV buscam então ser contribuintes para que o Ensino de História seja prazeroso e para a formação de cidadãos, promovendo esta potencialidade do Arquivo muitas vezes desvalorizada, quando não desconhecida. Nesta busca, em suas atividades utilizam como material didático, documentos que compõem o acervo do Arquivo, e ao utilizar documentos da história local possibilita aos educandos relacionar diferentes fatos da história e com isso: “mais do que receber a narração dos acontecimentos históricos de uma forma expositiva, “as jovens mentes poderão pensar por si mesmas sobre as fontes. [...] (Mason, 1995),”” (BELLOTTO, 2000, p. 163) sendo assim agentes construtores do próprio conhecimento, o que consideramos um ato de cidadania. Documentos são fontes primárias do conhecimento histórico, a disciplina de História ao utilizá-los como instrumento pedagógico enriquece o Ensino de História e proporciona uma maior assimilação do conhecimento:

“A alternância dos *documentos-chave* que facilitam a compreensão de uma grande noção histórica com *documentos-testemunhos* que registram um acontecimento importante ou são expressão de fato econômico ou de uma organização social, com *documentos-humanos* reveladores da natureza humana e da vida cotidiana apresenta-se como muito produtiva para a assimilação do conhecimento por parte dos estudantes”. (BELLOTTO, 2000, p. 163-164)

O conhecimento assimilado nas ações de Educação Patrimonial pelos educandos que delas participam também é proveniente da documentação utilizada nas mesmas. Podemos pensar como exemplo o projeto Vivo Toque em que os educandos investigam um fato histórico da cidade de Porto Alegre – o incêndio do Mercado Público em 1972

– a partir da documentação referente ao fato que está no acervo do Arquivo Histórico. A partir do inquérito policial que inclui depoimentos dados à polícia por diversas pessoas que “vivenciaram” o fato sob diferentes perspectivas, os educandos procuram desvendar o fato. Através destes documentos, os educandos assimilam um fato da história de Porto Alegre. “A história local (das cidades, das comunidades) envolve a investigação do cotidiano e a existência de pessoas comuns, criando vínculo com diferentes memórias. [...] O ensino de História, nessa perspectiva, assume um papel importante na medida em que possibilita a articulação e problematização dos conceitos de patrimônio, identidade e cidadania.” (MACHADO; MONTEIRO, 2010, p. 37) Acrescentaria ainda nesta listagem de conceitos, o de memória, diretamente relacionado com todos os outros citados. O patrimônio é um lugar de memória, e a memória é constituidora de identidade e da cidadania.

A relação entre Ensino de História e as ações de Educação Patrimonial no AHPAMV contempla a concepção de que:

“[...] a educação com e para o patrimônio está associada a constituição da cidadania, e, como tal, é tarefa pertinente a qualquer espaço educativo, formal ou informal, possibilitando a efetiva apropriação dos bens e valores constitutivos de um grupo social. Um trabalho sistemático com o patrimônio permite a leitura crítica dos bens culturais e da dinâmica cultural dos diferentes grupos sociais.” (MACHADO; MONTEIRO, 2010, p. 37)

### **3.5 Educação Patrimonial: direito à memória, exercício de cidadania**

As ações de Educação Patrimonial do AHPAMV e a disciplina de história são agentes que propiciam uma conscientização dos educandos para o exercício da cidadania. Tal compreensão é possível a partir do momento que entendemos a relação destas atividades com o passado, com a memória:

“O passado, então, passa a ser, como diz Willi Bolle (1992, p.143), “um meio contrastivo para se enxergar mais nitidamente o presente, as transformações, as diferenças, as perdas e ganhos”. Envolver o maior número de atores sociais nessa dinâmica, possibilitando que suas múltiplas memórias também componham a escrita dessa cidade, parece ser o sentido mais desafiador da constituição de plenos cidadãos numa cidade democrática” (POSSAMAI, 2010, p. 217).

Possibilitar que diferentes atores sociais, como por exemplo, os educandos que participam das ações de Educação Patrimonial, tenham participação na escrita da

cidade, ou seja, que possam interferir com suas “múltiplas memórias” na compreensão da história da cidade, seus significados, seus atores, etc. é proporcionar o exercício da cidadania. Para tanto ainda precisamos ter claro que trabalhamos com a perspectiva de que há uma construção de memórias e que estas construções constituem a cidadania dos sujeitos quando compreendemos que sendo cidadãos temos direito à memória que:

“[...] é um fato biológico, anatômico, fisiológico, por isso somos todos memoriosos e memorialistas (Chauí, 1992); mas deve ser lembrado que a memória, numa sociedade que exclui, domina, oprime, oculta os conflitos e as diferenças sob ideologias da identidade, é um valor, um direito a conquistar.”<sup>113</sup>

Portanto, o exercício da cidadania a partir da possibilidade de expressarmos nossas memórias e acessarmos as memórias já construídas, torna-se mais claro quando compreendemos que a memória é um direito. E que se este direito não está acessível, devemos torná-lo. Tendo esta consciência, compreendemos que os projetos Papel Antigo e Papel Velho e Vivo Toque, bem como o projeto Programa de Educação Patrimonial do AHPAMV proporcionam o exercício deste direito para os educandos que participam de suas ações, abrindo as portas para a participação de um público que talvez não chegasse a acessar um Arquivo Histórico se não fosse desta forma. No entanto, é preciso ter consciência que o acesso a memória não é um possibilidade concreta para todos, pois realmente vivemos em uma sociedade desigual.

Esta memória que constitui um cidadão, também é de alguma forma constituída. Precisamos compreender o processo que constitui a memória, como ele se dá, pois a memória relaciona-se com o Arquivo Histórico e suas ações de Educação Patrimonial quanto as suas funções. Pensando que a Educação Patrimonial “procura tomar os bens culturais como fonte primária de um trabalho de ativação da memória social [...]” (HORTA, 2000, p. 35) precisamos saber identificar que memória é essa presente no Arquivo Histórico, que memória é essa que a Educação Patrimonial pode ativar.

### **3.6 Memória: uma construção social**

A memória é constituída por um processo de organização pensado em “função das preocupações pessoais e políticas do momento”. (POLLACK, 1992, p. 203) Sendo

<sup>113</sup> PARELLADA, Cláudia Inês. Museu e Patrimônio Histórico. 2009. Disponível em: [http://web.unifil.br/docs/semana\\_educacao/1/completos/03.pdf](http://web.unifil.br/docs/semana_educacao/1/completos/03.pdf) Acesso em 25/11/2011

assim “a memória é um fenômeno construído.” (POLLACK, 1992, p. 203) Pollack aborda o fenômeno da construção da memória:

“Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (POLLACK, 1992, p. 203-204)

Os Arquivos Históricos como lugares de memória, também passam por um processo de construção para organizar a sua memória, ou seja, aquela que esta registrada na documentação de seu acervo. Tal processo também sofrerá influências pessoais e políticas, conscientes e inconscientes. O processo de organização da memória do Arquivo será, portanto, também construído. Faz parte das atividades de um Arquivo selecionar a documentação que será preservada em seu acervo e aquelas que serão descartadas. Para realizar tal tarefa, são estabelecidos critérios, porém, mesmo que estes critérios sejam elaborados da forma mais rigorosa possível para evitar interferências, também serão construídos socialmente, passando por determinados níveis de influência.

Para o desenvolvimento das atividades dos projetos Papel Antigo e Papel Velho e Vivo Toque foram selecionados os documentos que seriam utilizados nessas ações educativas, pois além de não ser possível utilizar toda a documentação do acervo para desenvolver as ações, há também uma proposta educacional a ser aplicada com os educandos. Ao selecionar estes documentos, selecionou-se também a memória que seria trabalhada com os educandos, isso por que as memórias de que falamos estão registradas nos documentos. Esta memória presente na ação de Educação Patrimonial é formadora da memória individual de cada educando a partir do momento que estabelece uma interação construtiva durante as atividades dos projetos. Mas que memória é esta com a qual os educandos entram em contato?

Considerando então que “[...] a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos dizer também que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentido de identidade<sup>114</sup>”. (POLLACK, 1992, p. 204) O sentido de identidade é estimulado e

---

<sup>114</sup> “Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros

construído através da memória, que permite, por exemplo, o acesso a nossas raízes. “É através da memória que o indivíduo mobiliza este passado e atribui a ele um valor, em sentimento. A memória é um elemento importante na construção das identidades coletivas, pois permite conectar o passado e o presente”. (MACHADO, MONTEIRO, 2010, p.27)

Esta memória herdada não precisa necessariamente ser compreendida como uma memória imposta, mas sim como um meio de conhecer o se passado e o significar. Nesse momento a memória que é construída socialmente interage com a memória das produzida pelas experiências individuais de cada educando. Essa interação permite a construção de uma memória que:

“é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela também é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução em si.” (POLLACK, 1992, p. 204)

Como elemento que constitui uma pessoa, a memória permite que cada um e cada uma possam situar-se como sujeitos históricos, estabelecendo uma relação com o passado e uma noção de continuidade e coerência do processo histórico em que estão inseridos. “Hall afirma que “as identidades são nomes que damos às diferentes maneiras como estamos situados pelas narrativas do passado e como nós mesmos nos situamos dentro delas”. (MACHADO, MONTEIRO, 2010, p.26) Através desse processo de construção de memória estamos também nos reconstruindo, como indivíduo e como grupo social, pois acessamos memórias já existentes e estabelecemos estas como referenciais formadores de nossa identidade:

“A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que a memória e a identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devem ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo.” (POLLACK, 1992, p. 204)

A memória sendo uma referência que constrói identidades, as ações de Educação Patrimonial do AHPAMV também adquirem estas características. A partir desta interpretação, nos questionamos que referências – memórias – são estas apresentadas

---

e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira que quer ser percebida pelos outros.” (POLLACK, 1992, p. 204)

no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho através das ações dos projetos PAPV e Vivo Toque. Os dois projetos analisados utilizam como recurso pedagógico documentos relativos à história de Porto Alegre, e a partir destes trabalham com a história da cidade. Portanto, a memória que está sendo acessada é relativa à história de Porto Alegre, seus atores e grupos sociais diversos.

Através dos projetos Papel Antigo e Papel Velho e Vivo Toque as memórias que os educandos possuem quanto à cidade de Porto Alegre são acessadas. Nesse movimento a memória que cada um construiu através de suas experiências estabelece uma relação com a memória acessada via documentação do Arquivo, sendo esta uma memória referencial. Nesta interação, nesta relação, identidades estão sendo construídas também, estabelecendo laços com o município de Porto Alegre.

Cada educando já poderia ter uma memória relativa à cidade, porém, agora esta memória será trabalhada a partir de outras referências que poderiam estes educandos não ter acessado anteriormente. Esta memória referência o educando não constrói a partir de suas experiências, mas pode herdar:

“A preservação da herança cultural das gerações que nos precederam adquire significado quando é fruto da memória coletiva construída, desconstruída e reconstruída no jogo entre imagem oficial do passado e poder do passado desvelado por sujeitos concretos” (MACHADO, MONTEIRO, 2010, p.27)

O conhecimento do bairro e da rua em que moram, da história de sua escola, de sua história familiar, dos lugares que já visitaram, permitem que os educandos estabeleçam uma relação com as histórias de outros tempos apresentadas no Arquivo Histórico, como as do Incêndio do Mercado Público em 1912 – trabalhada no projeto Vivo Toque - na qual os educandos poderão observar as diferenças de costumes, da arquitetura, por exemplo, através de fotos que mostram o Mercado e seu entorno em outros tempos. Esta comparação permite uma ressignificação, uma reconstrução, da memória, ao passo que esta está construindo a identidade do sujeito.

### **3.7 O Enquadramento da Memória nas Ações de Educação Patrimonial**

A fim de caracterizar a memória constituída, Pollack introduz “o conceito de trabalho de enquadramento da memória”. (POLLACK, 1992, p. 205) Acrescentando que, pelo menos parcialmente, este trabalho é realizado pelos historiadores. Percebemos

que as ações de Educação Patrimonial também podem realizar um determinado enquadramento de memória como sugerido por Pollack. Assim como anteriormente relacionamos a função do historiador, a do Arquivo Histórico e da Educação Patrimonial, podemos pensar nessa perspectiva novamente para discutir os trabalhos de enquadramento da memória.

As ações de Educação Patrimonial promovidas pelo AHPAMV enquadram a memória ao selecionar suas fontes – documentos do acervo - para o trabalho que irão desenvolver. Qualquer atividade educacional, por mais que se trabalhe procurando proporcionar diferentes visões de um mesmo fato histórico, realiza um recorte da história, no caso das ações educativas do Arquivo, ocorre um recorte da memória. Se considerarmos estes fatores, os projetos de alguma forma enquadram a memória dos educandos quanto alguns aspectos da história da cidade de Porto Alegre. Como escapar desse enquadramento? Uma das vias é estimular a continuidade da pesquisa, da investigação.

O enquadramento também pode ser considerado um investimento:

“[...] uma história social da história seria a análise desse trabalho de enquadramento da memória. Tal análise pode ser feita em organizações políticas, sindicatos, na Igreja, enfim, em tudo aquilo que leva os grupos a solidificarem o social.” (POLLACK, 1992, p. 206)

Não seriam as escolas, por exemplo, organizações educacionais institucionalizadas em que poderia ser promovido o enquadramento da memória? Creio que sim. A escola estabelece através de seu currículo de ensino o que cada educando precisa aprender de cada área de conhecimento. Se os educadores tiverem liberdade para trabalhar e desenvolver o conhecimento, esta liberdade ainda assim estará limitada por esse currículo que enquadra o conhecimento dos educandos através de critérios muito distante da realidade de cada um, afastando-se de um processo construtivo de identidade, de memória, de um sujeito cidadão.

O Arquivo Histórico quando assume um papel de instituição educacional, mesmo que não formal, também passa a ser um agente de enquadramento, neste caso, da memória. Esse processo de enquadramento ocorre através das ações de Educação Patrimonial como o PAPV e O Vivo Toque. O que não precisamos fazer é potencializar este enquadramento de forma negativa. Para o ensino-aprendizagem de história é preciso que seja feita uma seleção do que se vai trabalhar, não há viabilidade de se

trabalhar toda a história da humanidade, sob todos seus aspectos e perspectivas. Isso não seria uma forma de enquadramento? Porém, é necessário.

As ações de Educação Patrimonial também não conseguem trabalhar com todos os documentos que registram as memórias relativas à cidade de Porto Alegre. O que devemos nos questionar então é o como é realizado este enquadramento e quais são os meios fornecidos para que não se fique preso a ele. Se tais atividades puderem oportunizar:

“[...] aos alunos e alunas experiências significativas com base na construção de um conhecimento que lhes permita entender os processos histórico-culturais que envolvem e/ou envolveram sua realidade no presente ou em um passado recente ou remoto. Ao mesmo tempo, esse conhecimento tem de lhes possibilitar o exercício do direito à memória a partir do acesso ao patrimônio do qual todos são herdeiros” (FRAGA, 2010, p. 221)

A memória é um direito que ao acessarem os educandos estão construindo também outras memórias e estão exercendo sua cidadania. Se os trabalhos de Educação Patrimonial realmente proporcionarem este espaço de constituição de um cidadão construtor de memórias, nem o enquadramento das memórias realizados pelas mesmas ações poderão imobilizar o educando, pois esse, sendo cidadão, buscará o seu direito à memória.

Um cidadão pode e deve apropriar-se da memória para ressignificá-la em um processo de construção, nesse sentido os projetos de Educação Patrimonial do AHPAMV “garantem a apropriação das memórias sociais, dos valores culturais que o acervo documental, arquitetônico e natural contém [...]”.<sup>115</sup> esta memória social referida nas documentações da Educação Patrimonial do Arquivo pode ser melhor compreendida se observarmos o que Halbwachs afirmou: “as memórias sociais são construídas por grupos sociais” (BURKE, 2000, p. 70). Dando ainda continuidade a esta ideia, Peter Burke nos diz que:

“São os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que determinam o que é “memorável”, e também como será lembrado. Os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos de importância para seu grupo. “Lembram” muito o que não viveram diretamente. [...] Daí, pode-se descrever a memória como uma reconstrução do passado” (BURKE, 2000, p. 70).

---

<sup>115</sup> Registrado no Projeto do Programa de Estágio Curricular, pg. 1. Fonte Secundária.

Através das ações educativas do AHPAMV há uma garantia da possibilidade de apropriação das memórias que este guarda em sua documentação. Tal apropriação pode ser feita pelos educandos que participam dos projetos PAPV e Vivo Toque, por exemplo, que permitem que diferentes grupos sociais – mesmo que sejam uma parcela destes grupos - possam construir memórias sociais, a partir de uma identificação, de um sentimento de pertença. As ações educativas aproximam diversos grupos sociais do arquivo,<sup>116</sup> não reduzindo o Arquivo a um espaço de pesquisadores e eruditos.

### 3.8 Memórias Coletivas

Ao permitir esse acesso o Arquivo pode estar realizando na prática a distinção que Halbwachs<sup>117</sup> propôs entre a memória coletiva e história escrita. Para Halbwachs a memória coletiva é uma construção social, enquanto a história escrita - à maneira tradicional – é objetiva. (BURKE, 2000, p. 71).

No Arquivo Histórico as duas práticas são possíveis, porém observamos que é fator inovador disponibilizar um acervo de documentos históricos para que diferentes grupos sociais possam se apropriar. A promoção desta apropriação é responsabilidade dos projetos de Educação Patrimonial, que podem – por que não? – possibilitar uma construção social, o desenvolvimento de uma memória coletiva a partir de suas atividades. Burke reconhece que é arriscado usar este termo “memória social”, pois os conceitos podem estar sendo tratados como tendo uma existência concreta. Porém ele complementa que: “Por outro lado, se nos recusarmos a usar esses termos, há o perigo de não percebermos as diferentes maneiras pelas quais as ideias dos indivíduos são influenciadas pelos grupos a que eles pertencem”. (BURKE, 2000, p. 72).

Indivíduos, seus grupos sociais, suas memórias sofrem influências. “As memórias são influenciadas pela organização social de transmissão e os diferentes meios de comunicação empregados”. (BURKE, 2000, p. 73). Referente ao nosso trabalho, os projetos Papel Antigo e Papel Velho e Vivo Toque podem ser considerados um meio de comunicação de memórias. Cada ação educativa acessa as memórias de seus participantes, trabalhando com as documentações do Arquivo. Se compreendermos que os educandos que participam das ações educativas possuem uma memória e que a

---

<sup>116</sup> Grupos escolares oriundos de diferentes regiões da cidade como da região metropolitana, sendo de escolas particulares ou públicas, públicos com processos educacionais diferentemente estabelecidos, de classes sociais diferentes, de outras culturas e práticas, enfim, com outras memórias.

<sup>117</sup> Citado em (BURKE, 2000, p. 71).

partir da ação educativa “herdam” as memórias que são trabalhadas nas atividades, relacionando estas com as que já constituíram em suas experiências de vida, podemos dizer que a memória esta sempre em processo de transformação, pois é uma construção social possibilitada por diferentes meios de comunicação que transmitem memórias – como as ações de Educação Patrimonial.

Burke examina cinco meios de comunicação que influenciam as transmissões de memórias. Reforçando a ideia de que as atividades desenvolvidas no AHPAMV podem ser meios de comunicação que influenciam as transmissões de memória, podemos associar alguns desses meios examinados por Burke com as atividades do Arquivo Histórico.

Os alunos que participam do Projeto Vivo Toque, por exemplo, entram em contato com os documentos do Inquérito Policial do Incêndio do Mercado Público de 1912, trabalhando com os depoimentos das pessoas relativos ao incêndio. Tais depoimentos são relatos das memórias dessas pessoas quanto a este fato histórico. Esses depoimentos, esses relatos, fazem parte da:

“tradicional esfera de ação do historiador, as memórias e outros “relatos” escritos [...]. Precisamos, é claro, nos lembrar de que esses relatos não são atos inocentes da memória, mas antes tentativas de convencer, formar a memória de outrem. [...] “Quando lemos narrativas de memórias, é fácil esquecer que não lemos a própria memória, mas suas transformações através da escrita”. (BURKE, 2000, p. 74).

Ainda nas atividades do projeto Vivo Toque são exibidas para os educandos fotos do Mercado Público e seu entorno em diferentes épocas. Estas fotos representam mais um meio de comunicação referente à memória presente na Educação Patrimonial. “As imagens, sejam pictóricas ou fotográficas, paradas ou em movimento” (BURKE, 2000, p. 74) foram consideradas por Burke um meio de comunicação, as imagens “materiais há muito tem sido construídas para ajudar a retenção e transmissão de memórias”. Portanto, as imagens apresentadas do Mercado Público podem cumprir a função de meio de comunicação de transmissão de memórias.

Todas essas relações apresentadas nas ações educativas nos fazem pensar o quanto a memória (base a realização a Educação Patrimonial desenvolvida no AHPAMV) e o patrimônio (o conjunto de bens patrimoniais do AHPAMV) se relacionam com a história:

“Os Lugares de Memória” do historiador Pierre Nora chegaram ao diagnóstico de uma “patrimonialização” da história da França, senão da França mesma, na medida em que a mudança de um regime de memória a outro fazia sair da “história-memória” para entrar em uma “história-patrimônio”. (HARTOG, 2006, p. 266).

O patrimônio ao longo do tempo teve seu valor substancialmente elevado. A relação patrimônio e memória pode ser considerada responsável por este processo de valorização. Mais forte percebe-se esta relação quando Hartog cita definição dada na lei de 1993 sobre patrimônio monumental na França:

““nosso patrimônio é a memória de nossa história e o símbolo de nossa identidade nacional”. Passando para o lado da memória ele se torna memória da história e como tal símbolo de identidade. Memória, patrimônio, história, identidade, nação se encontram reunidos na evidência do estilo direto do legislador” (HARTOG, 2006, p. 266).

### **3.9 Memória: identidade e cidadania**

Anteriormente, abordamos a memória como fator constituidor de identidade, pois o patrimônio também se apresenta como seu constituidor. Associados, patrimônio, memória e história possuem um caráter formador de identidade, esta mesma que é trabalhada nas ações de Educação Patrimonial, buscando a valorização de um cidadão que possa compreender e exercer a sua cidadania. “Nesta nova configuração, o patrimônio se encontra ligado ao território e à memória, que operam um e outro como vetores da identidade [...]”.(HARTOG, 2006, p. 266).

Para o Arquivo Histórico a memória é fator importante também por assegurar o exercício da cidadania permitindo que o sujeito acesse o passado, entendendo a memória como um direito:

“Que ela se manifeste como demanda, se afirme como dever ou se reivindique como direito, a memória vale, no mesmo, como uma resposta ao presentismo e como um sintoma desse último. Assim é também para o patrimônio”. (HARTOG, 2006, p. 272).

A memória como direito estando diretamente relacionada ao Arquivo Histórico, possibilita também que a compreensão do patrimônio como direito seja estabelecida para o AHPAMV, que também contribui para o exercício da cidadania. O patrimônio

não é uma categoria apenas simbólica, sem poder de ação específico, sendo este não apenas via promotora das ações, mas também sendo parte constituinte das mesmas:

“O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar; é bom para agir. Esta categoria faz a medição sensível entre seres humanos e divindades, [...] entre passado e presente [...] entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos a ser contemplado. O patrimônio de certo modo, constrói, forma pessoas.” (GONÇALVES, 2009, p. 31)

O Arquivo Histórico de Porto Alegre consegue através do seu projeto do Programa de Educação Patrimonial ser um patrimônio que age interagindo entre passado e presente, e ainda arrisco-me a dizer com o futuro a partir do momento que promove ações que visam a preservação do patrimônio e da memória. Assim, através da ação, relacionando patrimônio e memória, o AHPAMV forma pessoas, constitui cidadãos. Este patrimônio associado à memória precisa ser preservado, pois é muito importante para a história, para a educação, para o ensino de história.

No entanto, há de se ter o cuidado, assim como Hartog alerta, para um limite desta da ação de preservação do patrimônio, pois os movimentos de patrimonialização provocaram uma forte tendência de que “tudo é patrimônio”, e esta ampliava-se:

“No decorrer desses anos, a vaga patrimonial, em sintonia com a da memória, portanto, tomou cada vez mais amplitude até tender para este limite que seria o “tudo patrimônio”. Assim como se anuncia ou se reclama memória de tudo, assim tudo seria patrimônio ou suscetível de tornar-se. A mesma inflação parece reinar. A patrimonialização ou a musealização se aproximando sempre mais do presente.” (HARTOG, 2006, p. 268).

A relação entre memória e patrimônio é muito forte, sendo fator contribuidor o caminho da patrimonialização. Quanto esta relação, podemos identificar que assim como a memória o patrimônio também pode ser construído socialmente. Segundo Prats, este patrimônio construído socialmente:

“no existe em la naturaleza, que no es algo dado, ni siquiera um fenómeno social universal, ya que no se produce em todas las sociedades humanas ni em todos los períodos históricos; también significa, correlativamente, que es um artificio, ideado por alguien [...], em algún lugar y momento, para unos determinados fines, e implica, finalmente, que es o puede ser historicamente cambiante, de acuerdo con nuevos criterios o intereses que determinen nuevos fines em nuevas circunstancias.” (PRATS, 2004, p. 19-20)

Consciente de tal afirmação, podemos dizer que o Arquivo Histórico como um lugar de memória – memória que é construída - faz sentido considerarmos o Arquivo Histórico como uma construção social, que se torna mais evidente quando percebemos que através da Educação Patrimonial o AHPAMV passou a ter mais abertura para a interação, apropriação e trocas, permitindo maiores interferências de outros agentes e grupos sociais nesse processo de construção do patrimônio que é.

O Arquivo Histórico torna-se assim uma instituição em movimento, agregando valores e funções ao compreender seu papel como agente formador de pessoas, de cidadãos, constituidor de identidade, lugar de memória. Este movimento é perceptível através dos projetos que são planejados a partir das demandas sociais relativas à educação. Tais atividades relacionam e contextualizam o acervo do Arquivo a realidade educacional e promove a preservação da memória, do patrimônio.

Tal preservação, da memória e do patrimônio, se estabelece a partir de uma relação com o tempo, com o passado, presente e futuro. A forma que se dá esta relação é relevante, e provocam alguns questionamentos:

“Que relações manter com o passado, os passados é claro, mas também, e fortemente, com o futuro? Sem esquecer o presente ou, inversamente, correndo o risco de ver somente a ele: como, no sentido próprio do termo, o habitar? Que destruir, que conservar que reconstruir que construir e como? São decisões e ações que impõem uma relação explícita com o tempo. Quem se cega a tal ponto que não consegue vê-lo?” (HARTOG, 2006, p. 264).

As ações de Educação Patrimonial permitem que os educandos possam estabelecer relações temporais. Através do contato com o passado partindo de relatos e documentos históricos, os educandos podem relacionar estas histórias, estas memórias com a sociedade em que vivem, conectando presente e passado. A relação com o futuro ainda pode ser pensada perante a compreensão da importância de preservar e produzir registros da memória, sendo os educandos promotores desta preservação e produtores de novos registros que possibilitaram que no futuro possa se acessar o que se está construindo socialmente nesse presente. Esta compreensão é possível a partir do trabalho de preservação do patrimônio do Arquivo.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar o histórico das ações de Educação Patrimonial do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, sua relação com a história da Educação Patrimonial como metodologia, os conceitos envolvidos nessas ações e nessa metodologia, pude perceber algumas questões importantes para compreender todo processo que envolve a promoção de ações de Educação Patrimonial em um lugar de memória, considerando que estas ações podem contribuir para o Ensino de História.

Primeiramente, destaco a conjuntura que influencia as ações de Educação Patrimonial, mais especificamente a legislação. Compreendemos que as ações de Educação Patrimonial são fruto também de um processo de patrimonialização provocado por um conjunto de leis que buscam promover e valorizar os bens patrimoniais, a fim de promover uma identificação da população com esses bens. Ao passo que a legislação gera influência sobre os patrimônios, esta chega às ações de Educação Patrimonial, que acabam sendo meio para a legislação agir sobre os bens patrimoniais.

Com o processo de patrimonialização em andamento, o conceito de Educação Patrimonial com metodologia começa a ser fomentado, e é nesse contexto que as ações de Educação Patrimonial do AHPAMV surgiram, acompanhando esta conjuntura que gerou movimento nos bens patrimoniais através das ações de Educação Patrimonial.

Esta movimentação provocou uma valorização do patrimônio que teve suas funções valorizadas e potencializadas, agregando novos significados e sentidos. Podemos perceber tal ação quando identificamos que o AHPAMV como lugar de memória também transformou-se em espaço educacional, sendo agente contribuinte para o desenvolvimento do Ensino de História. O processo de patrimonialização, a legislação que trata das questões patrimoniais provocaram mudanças, podendo ser estas positivas ou negativas.

Encaro a contribuição deste movimento no fomento de ações de Educação Patrimonial que aproximaram um novo público do AHPAMV de forma positiva. Os percursos percorridos pelas ações de Educação Patrimonial possibilitam a compreensão de que estas podem ser apoio à compreensão de conceitos importantes para a disciplina de história.

Trabalhar com o patrimônio com fonte primária para o ensino traz benefícios para o processo de aprendizagem dos educandos. Estas relações - entre Educação

Patrimonial e Ensino de História - são somente possíveis a partir da relação estabelecida entre memória e patrimônio, conceitos abordados através das ações educativas *Papel Antigo e Papel Velho* e que contribuem para a compreensão desse processo que estamos tratando.

A relação entre patrimônio e memória nos permitiu perceber o Arquivo Histórico como um lugar de memória, viabilizado a partir do momento que não temos mais meios de manter nossas memórias. Estas que são construídas socialmente, individualmente ou coletivamente, sendo constituidoras de identidades e um direito formador de cidadania.

A memória de cada educando participante das ações de Educação Patrimonial do AHPAMV estabeleceu trocas com esse lugar de memória e a partir dessas trocas apropriou-se do patrimônio, acessou a memória como um direito seu, participou de um processo de construção de memória, contribuindo assim também para construir o patrimônio Arquivo Histórico, pois o patrimônio também é uma categoria construída.

O Arquivo Histórico pode até ser um lugar de memória que enquadra a memória, mas este enquadramento faz parte de um processo educacional maior, que pode possibilitar aos cidadãos a busca pelo direito à memória, sendo sujeitos de sua própria história.

As ações de Educação Patrimonial do AHPAMV analisadas são agentes promotores da constituição de identidades através de um processo de apropriação do patrimônio, da memória como um direito, que assim constrói um cidadão capaz de interagir com este mundo sendo um sujeito histórico, construtor de memórias sociais, individuais e coletivas, enfim, sendo cidadão.

## REFERÊNCIAS

- BARROSO, Véra Lucia Maciel. Educação patrimonial e ensino de história: registro, vivências e proposições. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel. et al. Porto Alegre, EST: EXCLAMAÇÃO: ANPUH/RS, 2010.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. In: Ciências & Letras Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, Porto alegre, n.27, jan/jun, 2000, p. 151-166
- BURKE, Peter. Variedades de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Cap. 3: História como memória social. [p. 67-89]
- CANCLINI, Nestor G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. IN: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N. 23. 1994.
- CHUVA, Márcia. O ofício do historiador: sobre ética e patrimônio cultural. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Anais da I Oficina de Pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN. Rio de Janeiro: IPHAN, Copedoc, 2008.
- CHUVA, Márcia R. R. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.
- CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. Leituras da Cidade: a interpretação. In: POSSAMAI, Zita Rosane. Leituras da Cidade. Porto Alegre: Evangraf, 2010. P. 275 – 282
- FRAGA, Hilda Jaqueline. A cidade como documento no ensino de história. In: POSSAMAI, Zita Rosane. Leituras da Cidade. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 221– 235
- FUNARI, Pedro Paulo & PELEGRINI, Sandra C.A. Políticas Patrimoniais no Brasil: impasses e realizações. Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2006.
- GEHLEN, Juliana. Guia Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. 2. ed. Porto Alegre: AHPAMV, 2009. 128 p.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário; (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33
- GRUNBERG, Evelina. Educação patrimonial: utilização dos bens culturais como recursos educacionais. In: Museologia social, Porto Alegre, EU – Secretaria Municipal de Cultura, 2002, p.95 – 110.

GRUNBERG, Evelina. Manual de atividades práticas de educação patrimonial. Brasília, DF: IPHAN, 2007. 24p.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990 [†1945, póst.]. (Cap. II, “Memória coletiva e memória histórica”, p. 53-89.)

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *Varia História*, Belo Horizonte, v.22, n. 36, 2006, p. 261 – 273.

HORTA, Maria de Lourdes P; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Fundamentos da educação patrimonial. In: Ciências & Letras Revista da faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, Porto Alegre, n. 27, jan/jun, 2000, p. 25-35.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro; MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. Educação patrimonial e ensino de história: registro, vivências e proposições. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel. et al. Porto Alegre, EST: EXCLAMAÇÃO: ANPUH/RS, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PARELLADA, Cláudia Inês. Museu e Patrimônio Histórico. 2009. Disponível em: [http://web.unifil.br/docs/semana\\_educacao/1/completos/03.pdf](http://web.unifil.br/docs/semana_educacao/1/completos/03.pdf) Acesso em 25/11/20

POSSAMAI, Zita Rosane. Cidade: escrituras da memória, leituras da história. In: POSSAMAI, Zita Rosane. Leituras da Cidade. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 209 – 219

PRATS, Llorenç. Parte 1: Antropologia del patrimonio. Cap. 1. El patrimonio como construcción social [p. 19-38]. In: *Antropología y patrimonio*. Barcelona: Ariel, 2004.

SOUZA FILHO, Carlos F. M. *Bens culturais e proteção jurídica*. Porto Alegre: Unidade Editorial Porto Alegre, 1999. [p. 41-134]